



Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina  
Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

MUSEU DO AGRICULTOR  
DE SANTA CATARINA  
ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO

Pesquisa desenvolvida com o apoio financeiro do Fundo Rotativo de  
Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina - FEPA

Agosto/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO - Luiz Henrique da Silveira

VICE-GOVERNADOR - Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL - Moacir Sopelsa

SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL - Renato Broetto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO INSTITUTO CEPA/SC - Ademar Paulo Simon

ELABORAÇÃO

Paulo Zoldan, - Economista - MSC Desenvolvimento Rural

Carlos Cappelini - Turisnólogo - Mestrando em Turismo e Hotelaria

COLABORADORES

- Celso de Oliveira Souza - Fundação Educacional Barriga Verde/FEBAVE - Museu ao Ar Livre de Orleans - SC

- Cristina Castellano - Socióloga, MSC em Museologia - Museu Universitário Professor - Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC

- Cristina Sheibe Wolf - Departamento de História - UFSC

- Hermes J. Graipel Jr. - Historiador, Museu Universitário

- Jó Klanoviski -Doutorando em História - Departamento de História - UFSC

- Joares Segalin - Filósofo e especialização em Museologia

- Leopoldo Podim - Médico Veterinário - Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

- Luiz E. Brambatti - Prefeitura Municipal de Caxias do Sul - RS

- Rubens Altmann - Engenheiro Agrônomo - Doutor em Economia Rural

- Vitório Varashin - Economista - MSC em Economia Rural

CAPA E PROJETO GRÁFICO

NGD - Núcleo de Gestão de Design - UFSC

ZOLDAN, P.; CAPPELINI, C. *Museu do agricultor de Santa Catarina*: estudo para implantação. Florianópolis. Instituto Cepa/SC/Fepa, 2004. 120p.

ISEN 85-88974-21-5

Museu - Agricultura - SC.

CDU 069.02:631

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - 88.034-001 - Florianópolis/SC

CP 1587 - Tel. (048) 239.3900 - Fax (048) 334-2311

www.icepa.com.br - email - icepa@icepa.com.br

## **APRESENTAÇÃO**

Uma proposta de implantação de um MUSEU DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA pode surpreender pela novidade. Foge à temática de planos, programas e projetos comuns ao meio e ao discurso, sempre voltados ou a uma área ainda a descoberto, a um problema mal resolvido, a uma melhoria de enfoque e solução, enfim, quase sempre voltados a questões socioeconômicas, em geral mais econômicas que sócio.

Aparentemente, museu é questão puramente cultural. De fato é. É cultural, mas não puramente.

O museu, cuja proposta é desenvolvida no presente estudo com enfoque específico na agricultura, é cultural. Entenda-se por cultural um nível acima dos estratos da mera sobrevivência, acima das questões sociais e econômicas, da garantia de um espaço e dos meios de produção. Um museu que se proponha resgatar a história das origens dos povos que hoje compõem a população catarinense ocupa-se com questões como identidade étnica, afirmação de personalidade, preservação de características culturais, afirmação de etnias raciais, adaptação a meios diferentes e até hostis, lutas por autopreservação e processos de integração de diferenças.

Estes processos de algum modo já foram empreendidos e galhardamente mantidos por diversos atores sociais, principalmente os de coloração religiosa e política, com a preservação das crenças e das tradições comuns e essenciais à identidade do grupo.

A proposta do museu pressupõe que o estágio hoje atingido pela população tenha ultrapassado as fases da mera sobrevivência e das preocupações de base da escala de Maslow. Supõe que se possam estabelecer como relevantes para nosso desenvolvimento questões explícitas de autoconhecimento, e se procure responder de forma clara e histórica a perguntas como: quem somos, de onde viemos, quais são as nossas características, as nossas qualidades e defeitos, nossos vícios e virtudes, como povos integrantes e como povo integrado, ou quais são os meios e as formas de expressão, organização e produção que melhor exprimem nossa identidade, que melhor respondam à nossas aspirações, ou que, por nos fornecerem uma base, nos permitam dar as respostas que buscamos.

O estudo trabalha com o tempo e o espaço, ou seja, com a história e a geografia. Considera os povos que aqui viviam quando chegaram as primeiras migrações, com seus usos e costumes, e a trama que se teceu daí por diante. Considera como povos os indígenas que aqui vieram e, dentre os imigrantes, os açorianos, os italianos, os alemães.....

Como geografia, procurou identificar os caminhos por cada um percorridos, as clareiras abertas no mapa do estado e no que se transformaram esses núcleos de origem.

A questão do museu, embora aparentemente seja mais cultural, é também uma questão econômica. Os autores, preocupados com os que possam ver as questões ainda preponderantemente sob este aspecto, traz estudos sobre realidades de museus em dois âmbitos paradoxalmente diferentes: o Museu Guggenheim, da cidade basca de Bilbao, na Espanha, e a valorização do patrimônio rural da Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro, criado como alternativa à crise econômica, obedeceu a um estudo que, considerando a situação histórica e real, concluiu que uma cidade pós-industrial deveria transformar-se em uma cidade de prestação de serviços, com investimentos tecnológicos e fomento à criação e difusão da cultura. O museu, inaugurado em 1997, em 2002 cobria com a contribuição dos visitantes mais de 70% de seus gastos e transformara a economia local, fazendo da cidade um importante pólo de turismo para turistas de alto poder aquisitivo.

O segundo, referente à Serra Gaúcha, é constituído pelo conjunto do que compõe a rota dos Caminhos da Colônia (casas coloniais, vinho, queijo e produtos artesanais, culinária típica, festas, etc.) ou a Estrada do Imigrante, através da valorização do patrimônio cultural-rural transformou a região num pólo turístico, gerando divisas e emprego na região.

A aposta é de que algo semelhante possa acontecer com a Serra Catarinense.

O estudo é cuidadoso, pormenorizado, tem as características de um pré-projeto, o que facilitará em muito o trabalho de quem resolver comprar a idéia.

Ademar Paulo Simon  
Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<b>7</b>
1.1	Título do projeto	8
1.2	Introdução	8
1.3	Objetivos do Projeto	12
1.4	Problemática	13
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA</b>	<b>15</b>
2.1	O museu como elemento de valorização do agricultor	18
2.2	O potencial do museu no desenvolvimento local e regional	19
<b>3</b>	<b>MUSEUS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL: EXEMPLOS DE SUCESSO</b>	<b>25</b>
3.1	O caso do Museu Guggenheim de Bilbao, Espanha	26
3.2	O caso da Serra Gaúcha	28
<b>4</b>	<b>ESTUDO PRELIMINAR PARA A DETERMINAÇÃO DA SEDE DO MUSEU</b>	<b>36</b>
4.1	Potencial turístico da Região Serrana e perfil do turismo em São Joaquim	36
4.2	O local e a área do museu	44
4.3	Descrição do museu	46
4.4	Atividades complementares e serviços a serem prestados	53
4.5	Estrutura Organizacional	58
4.6	Prováveis fontes de recursos	63
4.7	Próximas etapas do projeto	65
<b>5.</b>	<b>A HISTÓRIA DA AGRICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA E O PATRIMÔNIO RURAL</b>	<b>66</b>
5.1	Tropeirismo	71
5.2	Fundação de Lages	73
5.3	Colonização européia	78
5.4	A Grande colonização alemã	82
5.5	A Grande colonização italiana	85
5.6	A Colonização polonesa	87
5.7	Outras colônias do período	88
5.8	A Ocupação do planalto catarinense e a Guerra do Contestado	92
5.9	A Colonização do oeste	100
<b>6.</b>	<b>MUNICÍPIOS DA SERRA E SUAS PRINCIPAIS ATRAÇÕES TURÍSTICAS</b>	<b>104</b>
6.1	São Joaquim	104
6.2	Bom Jardim da Serra	106
6.3	Unibici	108
6.4	Rio Rufino	109
6.5	Bom Retiro	110
6.6	Urupema	112
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>114</b>
<b>8.</b>	<b>LITERATURA CONSULTADA</b>	<b>116</b>

Verso sumário

# 1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

A história da agricultura catarinense é vasta e rica e está relacionada com o processo de ocupação e colonização do território; em parte, explica o nível de desenvolvimento atingido pelo estado. Atualmente desfruta de um modelo agrícola nacional e internacionalmente dinâmico e competitivo. Esta história, no entanto, está documentada apenas em escassos registros espalhados em diversos locais, sem assegurar que as gerações atuais e futuras possam conhecer esse rico passado. A presente proposta refere-se a um estudo com vistas à implantação na Serra Catarinense de um museu a céu aberto do agricultor de Santa Catarina. O estudo deverá contar com a participação de profissionais de diversas áreas e

instituições públicas e privadas, visando preliminarmente a um desenho e proposta de formato, para, posteriormente, submeter a potenciais investidores.

### 1.1 TÍTULO DO PROJETO

MUSEU DO AGRICULTOR DE SANTA CATARINA -  
ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO

### 1.2 INTRODUÇÃO

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto consistiu num levantamento de informações para subsidiar, inicialmente, sua elaboração, e, numa segunda fase, permitir seu desenvolvimento.

Através de pesquisa bibliográfica, partiu-se à procura das informações necessárias à elaboração do marco teórico do projeto. Esta pesquisa buscou identificar todo o processo de ocupação do território catarinense, desde o período pré-colonial até o século XX, além de conhecer os tipos de cultivos agrícolas realizados pelos povos que foram se estabelecendo nas diversas regiões do estado durante o processo de ocupação.

Ao mesmo tempo, realizaram-se reuniões e contatos com profissionais ligados à área da Museologia, com o intuito de se conhecer aspectos importantes sobre a



implantação de um museu, criação de um acervo, processos para sua manutenção e delineamento das várias modalidades museográficas. Também foram realizadas visitas a museus de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para verificar o que tem sido feito para valorizar a história e a cultura dos colonizadores dessas regiões, e conhecer as experiências mais bem-sucedidas de projetos de valorização do patrimônio rural na Região Sul do Brasil.

Posteriormente, fizeram-se visitas a prefeituras, particularmente a secretarias de turismo e órgãos ligados à atividade turística na região de São Joaquim, com o intuito de identificar características da demanda e oferta na região, e levantar informações relevantes sobre o patrimônio histórico e cultural da Serra Catarinense. Através destes contatos, está sendo possível iniciar um processo de identificação e prospecção de possíveis construções coloniais, equipamentos, fábricas e profissões do período colonial, de cultivos e receitas tradicionais, que poderão fazer parte do museu ou de uma rota turística do Museu do Agricultor de Santa Catarina.

Desta forma e sobre esta base mínima de informações necessárias foi possível seguir para o ante-projeto do museu. Esta fase consta da descrição do espaço físico e dos possíveis serviços a oferecer aos visitantes. Inclui também um possível acervo para o museu e contempla um cronograma de atividades para sua implantação.

As próximas etapas prevêem a formação de uma equipe interdisciplinar e interinstitucional que se reúna periodicamente para discutir o projeto. A equipe deverá envolver direta ou indiretamente profissionais ligados às áreas de agricultura, economia, antropologia, história, gastronomia, museologia, sociologia, arquitetura, engenharia, paisagismo, patrimônio, turismo e desenvolvimento rural.

Uma vez formada a equipe, esta deverá discutir, aprimorar e planejar o projeto de forma a atingir os objetivos gerais e específicos consensualmente definidos.

O desenvolvimento dos trabalhos deverá basear-se em tarefas específicas, preparadas por grupos afins com vistas aos objetivos traçados.

O desenvolvimento do projeto deverá ser coordenado pela Secretaria de Agricultura e Política Rural, através do Instituto Cepa/SC, sob a supervisão da Fundação Museu do Agricultor de Santa Catarina. Na condição de membros efetivos, deverão estar a Empresa de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Faculdade de Museologia da Febave, além de instituições de desenvolvimento e pesquisa da região serrana. Outros parceiros e consultores também

deverão se agregar ao projeto como parceiros, à medida que as etapas forem se sucedendo.

Uma vez superada esta etapa, que deverá ser permanentemente acompanhada pela gerência do projeto, os trabalhos deverão ser reunidos e resultar em um desenho do museu, no qual deverão constar detalhes de concepção, acervo, etapas e metas a serem atingidas, localização ideal e previsão de custos. A partir de então, a instituição da Fundação Museu do Agricultor de Santa Catarina deverá, entre outras tarefas, a de "vender" o projeto para potenciais investidores.

Ao longo de sua execução serão realizadas reuniões periódicas para discutir procedimentos e ações e para avaliar seu desempenho. Sobre tudo o que se fizer serão elaborados relatórios periódicos, com o detalhamento das atividades desenvolvidas.

Para a etapa inicial, prevista para 2004, se trabalhará na concepção do museu e, conseqüentemente, num anteprojeto museográfico, especificando-se algumas questões, como adequação dos espaços expositivos, maquetes, casarios, mobiliários, benfeitorias, tecnologias, recursos visuais, etc.

Serão promovidas discussões para debater propostas, assim como serão convidados consultores para as analisar, de modo a se elaborar conjuntamente o pré-projeto museográfico e de comunicação.

A realização de um cd-rom deverá apresentar o projeto, os diferentes tipos de equipamentos que fariam parte do museu, além de um histórico da região.

### 1.3 OBJETIVOS DO PROJETO

#### **Objetivo Geral:**

Elaborar um anteprojeto para a criação do Museu do Agricultor Catarinense.

#### **Objetivos Específicos:**

Estudar a evolução histórica da economia e da sociedade rural do estado, através da identificação dos meios de produção, dos hábitos culturais e do modo de vida do produtor rural, desde o período da ocupação e colonização até os dias atuais.

- Fazer um levantamento dos principais museus do estado de Santa Catarina ligados ao tema, para possível elaboração de uma rota cultural.
- Visitar experiências similares que possam contribuir para a elaboração do projeto.
- Sugerir um acervo mínimo e um itinerário provável.
- Arrolar possíveis serviços a serem prestados.

#### 1.4 PROBLEMÁTICA

As regiões de Santa Catarina se desenvolveram de forma diversa, seja pelas características da ocupação de seus territórios, seja pelo processo histórico da ocupação, ou por suas próprias características naturais.

A história dessa ocupação, colonização e desenvolvimento do território estadual está registrada apenas em escassos documentos, relatos, estudos e livros publicados, atualmente dispersos em diferentes locais do estado e do País. Não existe um local em que a história do agricultor de Santa Catarina seja apresentada e "contada" de forma didática, instrutiva e que sintetize este rico espólio.

A "memória viva" do passado está se apagando com o passar do tempo e as gerações atuais e futuras perdem cada vez mais a oportunidade de conhecer sua própria história. Além disso, cultivos tradicionais, espécies vegetais e florestais, receitas antigas, hábitos e costumes estão se perdendo à medida que o avanço tecnológico e interferências externas ganham espaço.

Essas constantes inovações tecnológicas e as rápidas mudanças que a vida contemporânea tem proporcionado ao homem urbano e rural contribuíram para distanciá-lo de suas raízes e da compreensão e significado dos valores e elementos do meio em que vive. Salvar do desaparecimento previsível os processos produtivos e tecnológicos, bem

como o modo de vida dos povos antigos de nosso território torna-se imperativo para buscar um elo explicativo do nosso processo evolutivo: a explicação do que somos, porque somos e onde poderemos chegar.

A proposta de implantação do museu do agricultor na Serra Catarinense coloca-se neste contexto não apenas por esta ser uma região de tradição agrícola, de localização privilegiada ou por seu baixo dinamismo econômico, mas principalmente por seu potencial para abrigar um empreendimento como o aqui proposto e fazer dele uma nova fonte de desenvolvimento local e regional.

Um museu, com as características propostas, poderia constituir um grande atrativo para a região, já que as belezas da serra e os atrativos do seu clima não têm sido suficientes para gerar e manter um grande fluxo de turistas e visitantes que garanta à região uma sustentação econômica condizente com o seu potencial.

A proposta de implantação do Museu do Agricultor na Serra Catarinense, neste contexto, pretende ser uma forma de gerar conhecimento, pesquisa e desenvolvimento numa região de grande apelo e potencial turístico, mas que apresenta baixo dinamismo econômico. Poderia também ser local no qual as regiões catarinenses poderiam estar representadas, mostrando suas características próprias, sua história e seus diferenciais, servindo como plataforma para atrair visitantes para outras regiões do estado.

## 2

## JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Conhecer o passado e compreender a evolução da sociedade é um elemento fundamental para conferir dignidade, civilidade, cidadania, coesão social e progresso para os povos. Com o conhecimento de nosso passado, configuramos nossa identidade e com ela nossa liberdade e autonomia. O grande filósofo alemão Georg Hegel já dizia que para compreendermos o presente é preciso, através do processo histórico, conhecer o passado.

A agricultura catarinense inicia-se bem antes do período colonial e seu desenvolvimento prossegue e se confunde com a história da ocupação do território. Esta evolução ocorre com base em uma agricultura do

tipo familiar e resulta em um modelo de desenvolvimento com características bastante peculiares.

A agricultura familiar está, portanto, na base do desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Permitiu sua expansão industrial e comercial e um maior equilíbrio populacional e de desenvolvimento. Além de fornecer os alimentos necessários para os que não trabalhavam a terra, constituiu um tipo de exército de reserva laboral para satisfazer as necessidades de mão-de-obra da indústria e gerou capitais que foram transferidos para outros ramos de atividade.

Em cada geração, os que partiam para a cidade levavam consigo uma parte do capital agrícola; os que ficavam tinham, portanto, de renová-lo para prosseguir com a atividade familiar. As famílias camponesas contribuíram assim para o financiamento de outras atividades econômicas. A exploração familiar cumpre, portanto, uma função social em vista do desenvolvimento econômico e por isso precisa ser valorizada.

Além disso, as peculiaridades de Santa Catarina, que a diferenciam dos demais estados da Federação, caracterizando-a por uma diversidade étnica ímpar, um território belo e diversificado e uma história cheia de êxitos econômicos e sociais, constituem-se em inenso potencial para a exploração cultural e como



uma nova fonte geradora de mais desenvolvimento econômico e social.

Neste contexto, a implantação do Museu do Agricultor, através da reunião e exposição de materiais que relatem a história do colono/agricultor catarinense, preencheria uma lacuna que a sociedade catarinense não pode ter. Tal espaço explicaria e valorizaria as diferenças, a diversidade e a riqueza de nosso povo e território.

A globalização teve também impactos profundos no tecido econômico e social das zonas rurais de nosso estado. Observa-se uma constante exposição das empresas locais à concorrência, um declínio da importância econômica da atividade agrícola, assim como a constante introdução e difusão de novas tecnologias, inclusive a biotecnologia.

A informação e a comunicação passam a ser imperativos nesse mundo que se transforma a cada dia. Novos conceitos surgem, enquanto velhos paradigmas desaparecem. As noções de território e de identidade local ganham importância. O meio rural, além de produzir alimentos, passa a ser um lugar de vida, de proteção da biodiversidade e da preservação do patrimônio natural e cultural, funções que o mercado é incapaz de remunerar.

O museu proposto poderia, assim, ser desenhado de forma a exercer múltiplas funções neste contexto

dinâmico e inovador, além de salvaguardar a memória do nosso agricultor e conscientizar as gerações atuais e futuras sobre a sua importância na nossa história e no estágio de desenvolvimento que vivemos atualmente.

### 2.1 O MUSEU COMO ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO DO AGRICULTOR

A proposta para a implantação do Museu do Agricultor de Santa Catarina visa a resgatar a história do processo de desenvolvimento agrícola do estado. Desde o período pré-colonial, quando apenas os índios habitavam suas terras, a agricultura já fazia parte do dia-a-dia daqueles povos. A partir do processo de colonização, a agricultura continuou sempre no centro do cotidiano de milhares de famílias.

O que inicialmente era uma atividade de subsistência passou a ser um dos principais setores econômicos e, desta forma, responsável por grande parte de todo o desenvolvimento econômico e da formação sociocultural catarinense.

Apesar disso, percebe-se que o agricultor, principalmente o pequeno, continua a ser discriminado pela sociedade, principalmente por seus hábitos simples, muitas vezes por sua baixa escolaridade em relação à do homem urbano. Este processo acaba afetando a auto-estima das famílias que

vivem no campo ou nele tem sua origem, o que resulta em prejuízo para o melhor desempenho econômico e para maior integração social dessas famílias.

O museu servirá, então, como uma ferramenta para recuperar a história, a cultura e a auto-estima de grande parte da população que, direta ou indiretamente, fez parte de todo este processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, servirá como um alicerce para a pesquisa histórica que virá a servir tanto para atender aos interesses atuais da comunidade quanto para o das futuras gerações.

Com a consolidação do processo de urbanização, o homem se afasta cada vez mais dos processos e tecnologias agrícolas e, o que é ainda pior, da origem e natureza dos alimentos que consome. A atual proposta visa valorizar o agricultor e a agricultura através de espaços em que os visitantes possam conhecer esses processos e produtos e com isso se familiarizar com aquilo que é vital para sua sobrevivência, os alimentos que consomem.

## **2.2 POTENCIAL DO MUSEU NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**

Até pouco tempo não se fazia relação dos visitantes com aquilo que estavam vendo nos museus, nos sítios históricos ou pré-coloniais. O patrimônio não era considerado como pertencente à população.

Somente reapropriando-se de lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram ou são importantes do seu ponto de vista, será desencadeado o processo de aproximação da população ao patrimônio, à memória, ao bem cultural, criando um caminho para a conscientização sobre o espaço público, seus direitos e deveres, resgatando uma relação de afeto pelo patrimônio e de melhor compreensão do processo sociocultural de um determinado povo.

O projeto visa criar um museu que dê ao agricultor/colono catarinense o reconhecimento que lhe é devido e que seja um importante centro de valorização e difusão de seu patrimônio cultural.

A cultura - representada por usos e costumes, tradições, gastronomia local, língua e técnicas de trabalho - é um dos fatores mais importantes para a atratividade de um núcleo receptor.

De acordo com Goeldner (2002), "o propósito mais elevado do turismo é aproximar pessoas que vivem em diferentes locais e países, pois isso aumenta a compreensão e a apreciação, que constroem um mundo melhor para todos".

Segundo o mesmo autor (2002), o turismo cultural cobre todos os aspectos através dos quais as pessoas aprendem sobre as formas de vida e pensamento umas das outras. O turismo é, pois, um importante meio

para promover relações culturais e cooperação intercultural.

Este tipo de turismo é responsável pela oferta de produtos turísticos diferenciados, que valorizam a diversidade cultural da localidade e promovem a auto-estima da população.

O turismo bem planejado permite que sejam potencializadas as características da região, a qual, desta maneira, se beneficia de grande parte do fluxo de turistas que valorizam a peculiaridade dos núcleos visitados.

Entre os apelos culturais que uma localidade pode desenvolver para atingir os turistas, destacam-se: belas-artes; música e dança; artesanato; indústria e negócios; agricultura; educação; literatura e língua; ciência; governo; religião; comida e bebida; história e pré-história, entre outros.

Dentre estes itens culturais, dar-se-á especial destaque à agricultura, à história e à pré-história.

A agricultura, por si só, pode ser de interesse dos visitantes, por utilizar-se de técnicas diferenciadas para o cultivo de determinada espécie de hortaliças, frutas ou legumes ou, ainda, pelo fato de a região ou estado constituir referência nacional na produção de um destes itens, como é o caso da maçã, afóra a produção de cebola, arroz, mandioca, suínos, aves, mel,

florestas, entre outros. Desta forma, produtores de outras regiões, ou países, podem se interessar em conhecer a evolução dos processos de cultivo in loco, além de turistas convencionais, que podem ter interesse por determinado tipo de produto, por peculiaridades culturais do povo catarinense e por sua história.

A agricultura também pode estar ligada à história de uma determinada região, em que a evolução e a ocupação do território estão intimamente ligadas à exploração agropecuária.

Por esta razão é importante salientar o papel da preservação da história como fator de potencialização do turismo.

A criação de museus, casas de cultura, igrejas, centros históricos, entre outros, é de extrema importância para que o turismo seja bem-sucedido; além disso, ajuda esses centros receptores a lidarem com um fenômeno comum em quase todas as localidades turísticas, que é a sazonalidade.

Percebe-se, assim, que em certos locais a agricultura e a história possuem grande potencial para exploração cultural e Santa Catarina pode se beneficiar em muito da prestação deste tipo de serviço.

Tendo em vista o grande potencial de desenvolvimento de turismo e o vazio econômico na Serra Catarinense,

pela temática proposta, o museu poderia ser implementado nesta região, de belíssimo apelo paisagístico e renome nacional, principalmente o município de São Joaquim, a cidade mais fria do Brasil.

Acrescentando-se o museu às já conhecidas atrações da região serrana, o turismo poderá ser incrementado tanto em número de visitantes quanto em tempo de permanência, podendo o empreendimento tornar-se um centro irradiador de desenvolvimento para o município e a região.

Assim, a reconstituição de espaços, casarios, ambientes de uso agropastoris, tecnologias, costumes, etc., num contexto evolutivo e que ressalte a evolução dessas transformações, daria uma perspectiva histórica da agricultura e do povo catarinense. O empreendimento serviria de forma didática e auto-explicativa para se entender um pouco da nossa sociedade contemporânea; serviria como um importante equipamento de atração turística e, por conseguinte, como elemento gerador de desenvolvimento local e regional.

Em relação à temática do Museu do Agricultor, percebe-se que existem muitos fatores favoráveis à sua implantação na região. O fato de não existir nada similar em território catarinense, que aborde e valorize a história da agricultura e dos imigrantes em uma única região, como a da Serra Catarinense, de

acentuado apelo turístico, por si já justificaria a proposta. Fala-se nessa região por sua rica história - feita por tropeiros, gaúchos, pelo ciclo madeireiro -, infelizmente muito pouco explorada. O município de São Joaquim, além de outros motivos, é um dos maiores produtores de maçã do estado e agora inicia, através de grandes investimentos, a cultivar uvas para a fabricação de vinhos nobres, os quais poderão se tornar uma referência no mercado brasileiro e dar grande impulso à economia local.

O museu, por isso, poderá ser um instrumento para melhorar as estatísticas da demanda turística no município onde será implantado, bem como nos municípios vizinhos.



# 3

## MUSEUS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL: EXEMPLOS DE SUCESSO

Este capítulo analisa dois exemplos de empreendimentos culturais que levaram riqueza e valorização a suas regiões. O primeiro é o museu Guggenheim que, embora tenha características totalmente diferentes das aqui propostas, é um exemplo da impressionante transformação operada na cidade basca de Bilbao, a partir da sua criação.

O segundo, é o da notoriedade da Serra Gaúcha por força de museus e outras formas de valorização do passado e de preservação e valorização de seu patrimônio rural, que, além de atrair visitantes, geram divisas e emprego na região.

### 3.1 O CASO DO MUSEU GUGGENHEIN DE BILBAO, ESPANHA

Bilbao, no início da década de 90, passava por uma situação extremamente complicada. A cidade, litorânea e capital do País Basco, na Espanha, havia sido um importante porto para escoação da produção das indústrias siderúrgicas, de maquinários, pneus e papel, mas havia entrado em quase colapso em função da crise do petróleo que assolou o mundo até 1973 e os ataques do grupo terrorista basco ETA.

O fechamento das empresas havia elevado a taxa de desemprego a quase 31% da população economicamente ativa. Neste momento foi colocado em prática o 'tratamento de choque' do governo basco, que se baseava em alto investimento em infra-estrutura, formação profissional e controle fiscal e financeiro do poder público.

Grandes empresas que haviam sido convidadas a se estabelecer na região, com altos incentivos do governo (produtores de automóveis e peças de avião), acabaram não concluindo o processo de instalação. Foi então que estudos mostraram que a cidade pós-industrial deveria ser impulsionada a transformar-se em uma cidade de prestação de serviços, onde se investisse no desenvolvimento tecnológico e no fomento à criação e difusão da cultura.

A partir deste momento, o governo basco iniciou um trabalho incessante para trazer o Museu Guggenheim para Bilbao e assim redefinir internacionalmente a imagem da cidade.

O primeiro contato entre as autoridades bascas e a Fundação Solomon R. Guggenheim aconteceu em 1991; já em 1992 foi celebrado o acordo para a construção do museu.

Cinco anos mais tarde, o museu foi inaugurado, entre protestos de grupos contrários aos altos investimentos feitos pelo governo para viabilizar a obra e a simpatia de outros grupos que visualizavam o início de uma nova era de prosperidade para a cidade.

Os impactos diretos do museu na geração de riqueza do País Basco podem ser verificados principalmente pela análise dos dados do setor terciário, quase inexistente até o início do projeto, responsável pela geração de 816 milhões de euros entre 1997 e 2002. Ao mesmo tempo, o museu pagou quase 145 milhões de euros em taxas ao governo.

Em 2002, o museu teve mais de 850 mil visitantes, que gastaram em média 168 euros por pessoa. A renda gerada pelo Guggenheim Bilbao cobre quase 70% dos seus gastos, representando 18 milhões de euros por ano.

Além da geração de riqueza no próprio museu e na economia local, a instalação do Guggenheim Bilbao

transformou a cidade em um importante pólo de turismo para turistas de alto poder aquisitivo, o que pode ser verificado pelo número de cruzeiros de luxo que passaram a fazer da cidade uma escala em suas viagens.

Em 1997, apenas um cruzeiro a havia visitado; em 2002, o número passou para 19, transportando quase 8,1 mil turistas, o que acabou revitalizando também as docas do porto de Bilbao, transformando-as em um lugar agradável ao turista.

Respeitando as diferenças de foco, dimensão e localização do museu Guggenheim em relação ao aqui proposto, pode-se inferir que, da mesma forma que aquele modificou o perfil econômico da cidade hospedeira, este também poderá significar importante impacto na economia local, sobretudo se desenvolvido dentro de princípios modernos, com grande dinamismo e acervo expressivo e representativo em seu conceito.

### 3.2 O CASO DA SERRA GAÚCHA

A história da Serra Gaúcha se parece com a da maior parte do território catarinense; uma e outra refletem um passado difícil, de muito trabalho e muito pioneirismo dos colonizadores europeus. O processo de desenvolvimento das duas regiões, porém, tem enormes diferenças.

Colonizada principalmente por imigrantes alemães e italianos, a Serra Gaúcha tem sua ocupação mais acelerada em torno de 1877, quando os primeiros colonizadores europeus iniciaram a sua marcha, a partir do litoral gaúcho, à procura de terras mais altas onde o clima fosse mais ameno.

Abriram então o que hoje se conhece como Estrada do Imigrante, a qual liga as áreas mais baixas do estado do Rio Grande à cidade de Caxias do Sul, antiga Nova Trento.

Na região, são visíveis os fortes traços da cultura européia, seja na arquitetura preservada, seja nos hábitos alimentares e sotaque característico dos imigrantes europeus.

Em função da força e da importância desses elementos culturais, ainda bastante preservados, foram criados diversos atrativos e equipamentos turísticos, visando valorizar a história, a cultura, as tradições dos imigrantes, além de servir como elemento de atração turística, capazes de gerar emprego e impulsionar a economia regional.

É o caso, por exemplo, da rota 'Caminhos da Colônia', que liga os municípios de Flores da Cunha e Caxias do Sul, a qual permite aos turistas e visitantes passarem por belas paisagens e conhecerem casas em estilo colonial, de pedra ou madeira, onde podem provar vinho colonial, queijo artesanal, jogar uma

partida de bocha, fazer uma refeição em uma das casas de colônia, entre outros atrativos.

Outro exemplo desta forte valorização da cultura e das tradições do imigrante é a Estrada do Imigrante, um roteiro turístico criado por um grupo de moradores que habitam na estrada que ligava o litoral à Serra Gaúcha e que abriga casas de pedra ou madeira do século XIX e princípios do século XX, decoradas com móveis, utensílios domésticos e ornamentos da época. Algumas delas contam com importante acervo fotográfico, artístico ou documental. Outras dispõem de equipamentos e tecnologias utilizados pelos primeiros moradores, na maioria os primeiros proprietários daqueles recintos. Também foram valorizadas igrejas e grutas religiosas, casas de madeira do início do século passado, visando resgatar a história, a cultura colonial e o patrimônio histórico-arquitetônico. Este último, inclusive, possibilitou um convênio com a União Européia - Projeto Urb-Al -, através do qual a União Européia investiu a fundo perdido parte dos custos do projeto.

Um dos atrativos da Estrada do Imigrante é o Museu do Imigrante, de propriedade da família Zinani. Construída em 1915, a casa, de Amadeu Zinani, passou a funcionar como Indústria e Comércio do que a família fabricava (pregos, ferramentas, etc.). Sua construção é em madeira, com tábuas beneficiadas manualmente, que ultrapassam os seis metros de altura e revestem os dois andares da casa. Algumas das tábuas

foram trocadas, mas grande parte delas possui mais de 80 anos. O teto de zinco continua intacto desde a sua colocação em 1915. Todas as ferragens e ferramentas usadas na construção, como pregos, formões e outros materiais, eram de fabricação da família.

Ao entrar na casa, a sensação é de uma incursão no tempo. Os móveis originais e a decoração da família continuam no mesmo local que ocupavam antes da morte do dono da propriedade. A partir de então, a casa foi fechada e apenas reabriu em 2000, já recuperada e organizada para receber visitantes. É possível encontrar latas de mantimentos, de óleo vegetal (vazio) e demais produtos utilizados no dia-a-dia da família, além dos quadros trazidos da Itália, santos que pertenceram à família, roupas utilizadas pelos proprietários, colchões de palha, fiação elétrica original e tantas coisas mais do dia-a-dia dos Zinani.

Já em outra área da cidade é possível encontrar o Museu Municipal da Uva e do Vinho, um espaço onde se pode conhecer todo o processo de cultivo da uva, desde o início da colonização da região até o processamento do fruto e fabricação do vinho.

Próximo à região central da cidade, encontra-se também o Museu de Ambiência Casa de Pedra, uma casa de pedra centenária, restaurada, localizada em uma praça, rodeada de parreiras.

Por fim, enfatizando a importância do imigrante no processo de formação e desenvolvimento da cidade, encontra-se, localizado em importante via de acesso à cidade, o Monumento Nacional ao Imigrante, um obelisco próximo à escultura de uma família de imigrantes, cuja parte inferior abriga o Museu do Imigrante.

Bento Gonçalves é outra cidade em que história e futuro se encontram e, desta forma, criam um ambiente altamente acolhedor e ao mesmo tempo muito favorável a negócios.

A profusão dos parreirais e a produção de vinhos coloniais em larga escala resultaram na formação de grandes vinícolas, de grandes empreendimentos e na criação do produto 'Enoturismo'.

Um dos vales, onde se localiza grande número de produtores de vinho e se concentram grandes vinícolas da região, recebeu a denominação de Vale dos Vinhedos. As pequenas vinícolas se profissionalizaram, investiram em tecnologia e passaram a produzir vinhos nobres e competitivos. Os produtores buscam uma indicação geográfica protegida para o vinho produzido nesta área, o que deverá proporcionar um diferencial às marcas da região. Paralelamente, buscaram na sua história uma fonte de valorização de seu povo e de sua região, e muitas formas criativas de atrair visitantes e gerar renda e mais desenvolvimento.



Entre os muitos atrativos do Vale dos Vinhedos está o Memorial do Vinho, localizado dentro de um dos hotéis da região. O memorial exhibe objetos utilizados para o cultivo das uvas, equipamentos e objetos utilizados no preparo do vinho, desde a fermentação até o engarrafamento. Nas paredes, painéis tratam da produção vinícola na região, dando ênfase ao aspecto humano. Outros painéis retratam a história da uva e do vinho, desde épocas primitivas, até a chegada das primeiras mudas a Bento Gonçalves.

Em uma área do mesmo complexo existe ainda um Centro de Convivência ou Casa do Filó. Trata-se de uma casa recuperada, com exposição de quadros e fotografias dos primeiros colonos da região. O espaço é aberto à comunidade e serve para jogos tradicionais italianos (mora, baralho, etc.), para festejar e fazer churrasco ou tomar chimarrão.

No Vale dos Vinhedos, encontra-se, ainda em construção, o segundo SPA do Vinho do mundo. Um local onde será possível fazer imersões em vinho e diversos tratamentos à base da bebida. Hoje, o outro SPA do Vinho fica localizado na França.

Outro grande exemplo de associação da produção local com o turismo está no arrojado empreendimento da Vinícola Salton, a maior da região. O local, além da vinícola, está sendo preparado para se tornar um Parque Temático.

Ali será possível conhecer todo o processo de fabricação do vinho, desde o desembarque da uva, passando pelo controles de seleção e qualidade, até a maturação dos vinhos e a produção de espumantes.

Uma passarela aérea está sendo construída para permitir ao visitante observar todo o processo de transformação da uva em vinho. As caves subterrâneas estão sendo construídas em cuidadoso estilo romano, e nelas serão envelhecidos os vinhos nobres da Salton. O portal da empresa exibe um magnífico relógio de sol, construído em mosaico, com detalhes dourados.

Ainda na propriedade da empresa, está sendo construída uma pérgola, que abrigará 52 espécies de diferentes vinhas, inclusive espécies primitivas, as quais servirão de apoio didático para que o visitante conheça as diferenças deste produto, que é a principal referência de qualidade de um vinho.

Também estão em fase de construção, no entorno, um restaurante feito em pedra (com uma roda d'água em funcionamento), um museu do vinho (que será ambientado em uma casa de madeira rústica, transportada inteira para o local), além de jardins, parreirais e outros atrativos.

As visitas ao empreendimento estão projetadas para durar cerca de um dia.

O grande sucesso na associação entre o setor produtivo com o turismo e a cultura tem colocado a Serra Gaúcha num dos principais itinerários turísticos de serra do País.

A Serra Catarinense precisa de investimentos com enfoque semelhante, já que conta com grande beleza e charme e um grande número de atrativos naturais e culturais a serem mais bem explorados. Novos produtos turísticos, rotas e atrativos são essenciais para aumentar o número de visitantes e permitir sua maior permanência na região.

Diante deste potencial e considerando o forte apelo de marketing da Serra Catarinense, parece ser este o local mais indicado para "contar" a história da nossa agricultura e do nosso colono. Teremos, assim, Santa Catarina "resumida" nos altos da serra.

**“ESTUDIAR EL GAUCHO ES COMO PONER LA MANO EN EL PECHO ABIERTO DE LA PATRIA, Y PALPAR, SENTIR EN VIVO Y CALIENTE EL PROPRIO LATIDO DE SU CORAZON”**

Inscrição no Museu del Gaucho  
- Montevideo, Uruguai -

## 4

**ESTUDO PRELIMINAR  
PARA DETERMINAÇÃO  
DA SEDE DO MUSEU****4.1 POTENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO  
SERRANA E PERFIL DO TURISMO DE SÃO  
JOAQUIM**

Segundo dados obtidos na Secretaria de Turismo de São Joaquim referentes à pesquisa realizada entre fevereiro e maio de 2003, as características da demanda turística atual do município apresentam-se conforme segue:

- \* número de turistas/ano: 150 mil;
- \* perfil do turista: famílias e terceira idade;
- \* tempo de permanência: dois dias (final de semana);

- \* gasto diário: R\$ 150,00 por pessoa;
- \* local de origem: SC (34%), RS (26%), SP (19%), PR (7%), RJ (6,7%); demais estados, entre 2% ou menos. Os turistas estrangeiros representam apenas 4% do total de turistas; os principais países de procedência são Argentina (27%), EUA (26%), Alemanha (17%) e Uruguai (13%);
- \* meios de transporte usados: ônibus e automóvel;
- \* faixa etária: não levantada;
- \* renda: não disponibilizada.

A partir dos dados, informações e análises levantados na elaboração desta proposta, obteve-se um rol de itens classificados como oportunidades ou ameaças para a região serrana, em especial para o município de São Joaquim, no que se refere à aptidão ou não para abrigar um empreendimento como o museu aqui proposto, e para a expansão do turismo.

#### 4.1.1 PONTOS FORTES

Os principais pontos fortes da região/município e as principais oportunidades do município/serra, no que se refere à viabilização do museu de agricultura, são:

- \* ocorrência ocasional de neve nos meses de inverno, fator de grande atratividade para os turistas;
- proximidade do litoral;

- notoriedade do nome São Joaquim em todo o País e grande apelo turístico da Serra Catarinense, tendo Lages como capital nacional do turismo rural;
- turismo em processo de organização e expansão (turismo cultural, hotéis-fazenda e gastronomia);
- estrutura institucional para a capacitação de agricultores e técnicos (agricultura e turismo);
- atrativos naturais em abundância e fauna e flora com espécies raras;
- vasto calendário de eventos da cidade;
- funcionamento da Associação Pró-turismo e Associação de Artesões em São Joaquim;
- paisagens deslumbrantes nas vias de acesso (Serra do Rio do Rastro e acesso por Lages);
- proximidade da região com a Serra Gaúcha;
- colonização de diferentes etnias;
- grande potencial para produção de vinhos de qualidade;
- existência de estruturas ociosas;
- meio ambiente preservado.

#### 4.1.2 PONTOS FRACOS

Os principais pontos fracos, que eventualmente contra-indicariam a cidade/região para o pretendido museu são:

- alto custo para implantação do projeto;
- distância dos grandes centros emissores dos turistas;
- distância dos principais aeroportos do estado;
- falta de profissionais capacitados;
- políticas públicas pouco desenvolvidas para apoiar esta atividade.

#### 4.1.3 OPORTUNIDADES

A implantação do museu levanta uma série de expectativas:

- possibilidade de convênio com a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac (Lages) e a Fundação Educacional Barriga Verde - Febave (Orleans);
- fase de organização do Convention and Visitors

Bureau (C&VB) da Serra Catarinense para desenvolver o turismo na região;

- valorização da história da colonização do estado e da tradição regional;
- fortalecimento da cultura local;
- possibilidade de estabelecer convênios com diversas instituições nacionais e internacionais;
- perfil do turista apto a consumir novo produto;
- grandes investimentos com vistas ao desenvolvimento da região.

#### 4.1.4 AMEAÇAS

A implantação do museu poderá ficar comprometida por:

- falta de ensino superior no município;
- falta de mão-de-obra especializada no município;
- falta de atratividade do meio-urbano;
- deficiência em infra-estrutura básica;



- reflorestamento da região com pinheiro americano, por parte das madeireiras;
- Consolidação da Serra Gaúcha como o grande destino de frio e da cultura européia no Brasil;
- exclusão da Serra Catarinense do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul - Prodetur - Sul.

Pela análise destes dados, prevalecem os elementos favoráveis à sua criação podendo-se inferir que o Museu do Agricultor de Santa Catarina tem grande viabilidade para implantação e desenvolvimento na Serra Catarinense.

De fato, já existe uma demanda considerável de turistas na serra, embora concentrada nos meses de inverno. Esta concentração se explica, provavelmente, pela falta de atrativos turísticos ao longo do ano, o que acaba fazendo com que a permanência dos visitantes seja muito curta (dois dias) e concentrada.

A motivação maior da demanda atual se deve à precipitação de neve na região e à beleza paisagística do local; devido às características dos turistas (famílias e terceira idade), porém, pode-se inferir que um museu com as características aqui propostas poderá abrir a possibilidade de atrair outros grupos de interesses, em outras estações do ano.

A serra também tem a seu favor o fato de algumas entidades organizadas já trabalharem para o desenvolvimento do turismo local, como diversas associações e o Convention and Visitor Bureau de Santa Catarina (C&VBSC).

Além da existência desse turismo em fase de desenvolvimento, a Serra Catarinense conta com grande oportunidade de valorizar seus recursos, buscar novas fontes de dinamismo econômico e desenvolver-se de forma mais efetiva e equilibrada.

O grande conceito de que Santa Catarina desfruta por suas belas paisagens, pela diversidade étnica da grande maioria de seu povo de origem européia, pelo grau de desenvolvimento atingido em comparação com outras regiões do País são elementos pouco explorados e que poderiam constituir um precioso repertório para um museu, de caráter didático, que nele se concentrasse. A região parece ser um local de grande viabilidade para um empreendimento desse gênero. Não só pelo turismo em expansão e por seu grande potencial de crescimento, já que cada vez mais as pessoas buscam o sossego da serra e o ar do campo como alternativa de descanso frente ao barulho e ao turismo frenético do litoral.

São Joaquim é conhecido em todos os quadrantes do País, o que lhe dá notoriedade e grande apelo de marketing e muito ajudaria a atrair visitantes para o museu e a complementar os interesses de

desenvolvimento turístico da região. Além disso, Lages é a capital nacional do turismo rural e poderia oferecer, pela criação de novos aparelhos e serviços turísticos regionais, novas opções para sua expansão e consolidação.

Além de todos estes aspectos, pesam ainda em favor da criação de um museu que valorize o agricultor, o colono e a agricultura de nosso estado, a própria inexistência de empreendimentos como o aqui proposto. Comparada com a Serra Gaúcha, no que respeita à valorização e ao resgate do patrimônio rural, a nossa serra fica muito aquém.

A utilização do museu enquanto centro irradiador de conhecimento, pesquisa histórica e informação, encontra grande apelo e pode atrair parceiros de várias instituições. A necessidade de aparelhos que possam despertar a consciência ecológica, manter "saber-fazer", técnicas agrícolas tradicionais e hábitos culturais antigos representam oportunidades para colocar o estado e o País em conformidade com os desafios que se colocam diante das constantes transformações trazidas pela tecnologia, pela abertura de mercado e demais efeitos do mundo globalizado.

Muitas são as dificuldades que podem surgir para a execução de um projeto como o aqui proposto. Entre elas, está a falta de profissionais especializados na região, que, no entanto, poderá ser solucionada através de convênios dos executores com a UFSC, a

Udesc e as universidades regionais. Consultores externos também poderiam compartilhar projetos com a Uniplac (Lages) ou a Febave (Orleans) – esta última, inclusive, conta com a possibilidade de formar museólogos. Neste aspecto, cabe ressaltar que a participação sistemática das universidades locais e estaduais é de vital importância para a execução de projetos, em geral, e para a viabilização do museu, em particular, enquanto projeto dinâmico e de longa maturação.

A distância de centros urbanos de onde procedem turistas em maior quantidade também ameaça a consolidação do projeto, embora a região esteja localizada próximo a centros urbanos de tamanho médio (Lages, Tubarão e Criciúma). Necessita, portanto, de melhorias nas vias de acesso à região, bem como de uma melhor estruturação dos transportes aéreos. Além disso, a profissionalização do turismo, a inclusão da região em pacotes de viagens, a organização de visitas programadas e um amplo trabalho de marketing são essenciais.

Neste contexto, a proximidade com a Serra Gaúcha poderá transformar-se num fator positivo e de oportunidade à proporção que ocorra uma integração maior dessas regiões (já em curso) para que passem a exercer funções complementares.

#### 4.2 O LOCAL E A ÁREA DO MUSEU

O museu deveria integrar o circuito do turismo rural na Serra Catarinense, situando-se, pelas razões apresentadas, em São Joaquim, Lages ou em local próximo a um centro urbano da região. Em favor de São Joaquim-SC, às razões aduzidas acrescentam-se o baixo nível de desenvolvimento econômico e seu grande potencial de desenvolvimento turístico, que despertam crescente interesse e investimentos com vistas à sua melhor exploração. Além disso, possui uma marca, que é seu nome, nacionalmente reconhecido, o que lhe confere uma grande oportunidade de melhor exploração turística. O município vive atualmente quase que exclusivamente da produção agrícola, goza de localização geográfica privilegiada por estar no centro do estado e, portanto, em local adequado para desenvolver um museu que centralize as experiências agrícolas vividas nos quatro quadrantes do estado.

A área para implantação do museu deverá ser condizente com as dimensões da proposta em discussão, e deverá situar-se próximo a um centro urbano para facilitar o acesso aos serviços e à sua prestação. A chácara ou fazenda-sede poderia ser um local com mata nativa preservada e servir como reserva biológica da região. Assim, poder-se-ia oferecer um serviço de estudos e conscientização ecológica.

O museu poderá significar um importante instrumento para driblar a sazonalidade do turismo na região, atendendo assim à necessidade de diversificar os serviços turísticos ali ofertados. Também poderia gerar novas fontes de emprego e serviços e gerar conhecimento e tecnologia em uma das regiões de mais baixo dinamismo econômico do estado.

#### 4.3 DESCRIÇÃO DO MUSEU

A proposta inicial para o roteiro dos âmbitos museográficos, requer que se parta da idéia das diversas ocupações pré-coloniais neste território. A organização dos espaços acompanharia a cronologia das ocupações humanas, com base nas datações que serão realizadas, fornecendo sua dimensão histórica, podendo ser ainda mais eficaz em termos da apreensão do conhecimento por parte do público visitante.

Ter-se-ia, assim, a apresentação de um período histórico pré-colonial no qual as temáticas seriam diversas, todas abordando o cotidiano do homem pré-colonial, passando pela produção tecnológica e artística, com foco nos sistemas agrícolas e na produção de alimentos.

Cabe ressaltar que o circuito proposto é potencializador do território, em termos turísticos e de divulgação

cultural da região e do estado. O papel a desempenhar, coerente com uma instituição atual e dinâmica, pode abrir espaços para discussão e reflexão sobre problemas locais ou mais abrangentes, e, eventualmente contribuir para a sua solução.

O museu - um passeio pelo tempo - reuniria o riquíssimo espólio constituído pelos vários aspectos da ruralidade que marcaram o modo de vida no meio rural. Começaria pelos primórdios da ocupação, passando por todas as fases e chegando até os dias atuais. Reuniria, em ordem cronológica e obedecendo ao contexto e à evolução de cada cultura colonizadora, casarios, móveis, vestuário, relatos, documentos, máquinas e utensílios domésticos e agrícolas, meios e formas de produção e transformação agrícola, até manifestações artísticas, culturais, religiosas e quaisquer outras compreendidas pelo contexto do museu.

Os principais "corredores" de visitação focarão a cultura portuguesa/açoreana, a italiana e a alerã, por sua importância no desenvolvimento do estado. Outros espaços são previstos para momentos históricos importantes, como a Guerra do Contestado e o Tropeirismo, assim como pela influência da cultura gaúcha na formação cultural do nosso estado. Também deverão ser considerados espaços para exposições da herança cultural deixada pelos negros e pelas populações nativas.

Sua principal função deveria ser didática. Os equipamentos expostos deverão representar o mais fielmente possível o respectivo período histórico, de forma a propiciar, por um lado, uma sensação de "volta" no tempo, e, por outro, a melhor compreensão do tempo em que vivemos e das possíveis transformações que poderemos experimentar.

Todos estes elementos deverão ser considerados ao se elaborar o projeto.

Propõe-se, como Sede do Museu, uma construção com características arquitetônicas horizontais. O visitante ingressaria pela área de recepção, e a seguir acessaria as outras quatro áreas.

a. **Espaço para eventos** - Esta área destina-se à realização de pequenos eventos (reuniões, workshops, cursos e seminários). A sala poderá ter capacidade para acomodar entre 100 e 300 pessoas, podendo, inclusive, ser modulada, dependendo do tamanho do evento a ser realizado no local. A sala de eventos dá acesso às salas de apoio, que serão utilizadas pelos colaboradores, para armazenar cadeiras e demais equipamentos das salas de eventos e também para finalizar a apresentação dos coffee-breaks (salgados, doces e café) servidos durante os eventos.

Conforme pode ser visto na figura 1, as salas de apoio terão acesso direto à cozinha do restaurante.



- b. **Sala de exposições itinerantes** – Esta sala apresentará frequentemente novas exposições sobre temas relacionados à agricultura e a outros temas relacionados à proposta central do museu.

Contígua à sala de exposições ficará a Galeria Histórica "Europa", onde, através de fotografias, documentos, objetos da época e recursos de alta tecnologia (som, vídeo e luz), será apresentada a situação econômica e social da Europa no século XIX, que teve papel fundamental no processo de emigração da população para o Brasil Colonial.

Será através da Galeria Histórica que os visitantes terão acesso ao Museu a Céu Aberto.

- c. **Sala de estudos; biblioteca e videoteca** – Esta área será utilizada para as pesquisas relacionadas à temática do museu. No local, poderá ainda haver computadores ligados à internet para permitir a navegação dos turistas e dos interessados em pesquisas.

- d. **Livraria** – A livraria disporá de livros e souvenirs relacionados à temática do museu.

Apartir da livraria, os visitantes terão acesso a três outras áreas da Sede do Museu:

- a. **Café do Museu** – O café será um espaço para descontração dos visitantes e degustação de quitutes e bebidas.
- b. **Restaurante Colonial** – O restaurante servirá refeições típicas dos colonizadores das três

principais etnias colonizadoras do estado (açoriana, alenã e italiana). A opção por uma churrascaria também deve ser considerada.

c. Oficina e Loja de Artesanato – Este espaço é a última dependência da sede do museu e o ponto final da visita guiada pela área à céu aberto. Todos os visitantes que percorrerem as trilhas que levam às diversas áreas do Museu à Céu Aberto serão encaminhados para a Oficina e Loja de Artesanato, onde artesãos estarão freqüentemente trabalhando nas peças que serão colocadas à venda na loja.

A partir da Galeria Histórica, tem-se acesso ao Museu à Céu Aberto.

A estruturação da área aberta do museu deverá ser concebida de modo a levar o visitante através de um percurso que apresente o desenvolvimento do território agrícola do estado numa seqüência cronológica de acontecimentos.

Inicialmente, a trilha o conduzirá ao local onde se encontra uma réplica de um Galpão de uma Companhia de Colonização do período do Brasil Colonial. Ali o visitante poderá perceber como era a recepção dos colonos nas sonhadas terras brasileiras. De lá, será encaminhado ao local onde se encontra uma casa de pau-a-pique, construída nos moldes daquelas que foram construídas pelos primeiros colonos europeus que chegaram no estado. O visitante

poderá também perceber em que condições eram entregues os lotes aos colonos e como era difícil para eles se adaptarem à selva brasileira.

Após a visita à casa de pau-a-pique, o visitante será encaminhado a uma área de cultivos agrícolas, onde eles poderão ter contato com as diferentes técnicas e cultivos utilizados pelos colonos portugueses, alemães e italianos.

A partir de cada um dos três diferentes cultivos, o visitante será encaminhado para uma réplica de uma casa típica colonial de cada uma das três nacionalidades.

Além dos caminhos que o conduzem a cada uma das casas de etnia européia, haverá um quarto caminho que o levará a uma maloca, construída de modo a reproduzir uma habitação dos indígenas que habitavam a região na época da chegada dos colonizadores europeus. Lá ele poderá ter contato com os equipamentos de caça e pesca, com os instrumentos de sopro, com os ritmos, danças e, finalmente, com o cultivo agrícola realizado pelas índias da região.

No local também será possível entender os motivos dos conflitos que se sucederam entre os habitantes indígenas e os colonos que se estabeleceram nessas terras.

De volta às casas dos colonos, os visitantes serão

conduzidos as fábricas de cada etnia para poderem ter contato com as tecnologias desenvolvidas pelos colonos. Assim, poderão ver serras, talhadeiras, monjolos de milho e mais uma série de equipamentos movidos a pedal, ou roda d'água, etc.

Continuando o percurso, o visitante poderá caminhar por uma trilha na mata e ainda visitar a Santa Catarina em miniatura, um espaço destinado a recriar as características geográficas e ambientais do estado na época da colonização e ainda apontar a localização das principais cidades do estado, as principais colônias, os portos e caminhos por onde chegavam os imigrantes, os percursos utilizados pelos vicentistas para transportar o gado do Rio Grande do Sul até São Paulo, o Caminho do Sul, aberto pelos vicentistas para ligar Vacaria (RS) a Sorocaba (SP), dando origem à cidade de Lages, o caminho dos tropeiros pelo planalto serrano, a região do Contestado, etc.

A última etapa da visita levará o visitante a um espaço para demonstrar o status atual da tecnologia no meio rural de Santa Catarina, onde se possam conferir as mudanças e a rápida evolução vivida pelos produtores.

Ao término do percurso, o visitante será encaminhado à Oficina e à Loja de Artesanato do Museu, passagem obrigatória para quem visita o Museu a Céu Aberto.

#### 4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES E SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Geralmente, quando se pensa em museu, a imagem criada pelas pessoas que não acompanham a evolução destes espaços culturais é de que ali se encontram apenas peças antigas, textos sobre determinada época da história de um local ou assunto.

Na verdade, os museus, em sua concepção atual, são verdadeiros espaços multifuncionais em que é possível conhecer a história, frequentar cursos e workshops, acompanhar atividades culturais, como apresentações teatrais e oficinas de artes, saborear iguarias, ter momentos de descontração com familiares e amigos.

Diversos são os espaços onde ainda é possível estudar, com o apoio de bibliotecas ricas em literatura sobre determinado tema, de uma videoteca aberta ao público e mais uma série de serviços que tornam o museu um espaço de cultura multifuncional.

Grande parte destes empreendimentos oferece ainda uma versão virtual do museu. O internauta poderá fazer um *tour* virtual e conhecer, a partir de qualquer parte do planeta, um pouco daquilo que o museu tem a oferecer. A visita permite ao usuário desvendar cada uma das salas ou áreas do museu, através de fotografias, apresentadas à medida que navega, ou então através de vídeos, quiçá mais atrativos para o *cyber-visitante*.

FIGURA 1



Na Europa, nos Estados Unidos e em alguns museus no Brasil, o usuário pode comprar produtos do museu pela internet (livros, camisetas, artesanato, etc.) e também comprar o seu bilhete de entrada para o museu.

Após análises de sites de museus de diversas partes do mundo (Quadro.1), foram elaboradas diversas possibilidades de utilização do espaço do Museu do Agricultor de Santa Catarina.

Serviços e atividades complementares que poderão ser oferecidos:

1. Galeria de Arte
2. Bar
3. Chapelaria
4. Livraria
5. Loja do museu (artesanato em geral, cartões-postais, camisetas, canetas, porta-retratos, chaveiros, etc.)
6. Biblioteca
  - sala de estudos
  - sala de vídeo
  - acervo fotográfico
  - acervo de informações agrícolas

### 7. Visitas

- visita didática (alunos de 1º, 2º e 3º grau) sobre reserva florestal e ecologia
- visita guiada e workshops
- visita autoguiada por trilhas na mata, dentro da área do museu
- visita em bicicletas (aluguel no local)
- acompanhamento de atividades tradicionais (cultivo agrícola, produção de vinho, produção de geleias, produção de queijos, pães e etc.)
- minifazenda interativa com diversos animais

### 8. Museu Digital – Site na internet:

- visita virtual
- compra de produtos on-line (cd's, livros, artesanato, etc.)
- compra de ingresso on-line

### 9. Espaço de Eventos e Cursos:

- cursos de férias (diversas temáticas para crianças e adolescentes, meio ambiente, conservação de prédios históricos, manejo florestal, etc.)
- programa de grupo de estudos para professores;
- festas de casamento e aniversário
- realização de eventos: reuniões, feiras, convenções, etc.



- Cursos técnicos (agroecologia, permacultura, etc.); oficinas-escola em diversas temas a fins
- 10. Associação Amigos do Museu
- 11. Área de Piquenique
- 12. Show de Luz e Som
- 13. Play-ground
- 14. Serviço de Alimentação
  - café colonial
  - restaurante típico
  - churrasceria
- 15. Atrativos: Museu da Agricultura de Santa Catarina:
  - forno a lenha
  - fogo de chão
  - casa de colônia típica de diversas regiões do estado
  - espaço gaúcho
  - estufa de fumo
  - serraria movida a roda d'água
  - gerador de energia movido a roda d'água
  - engenho de farinha e monjolo movido pela ação d'água
  - permacultura

#### 4.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do museu será administrada por uma fundação, que terá amplo escopo de atuação. A FUNDAÇÃO MUSEU DO AGRICULTOR DE SANTA CATARINA (FMA-SC) será instituída por organizações e pessoas que, através de uma escritura pública. Terá natureza de pessoa jurídica de direito privado, de fins não-lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial; reger-se-á por um estatuto e pela legislação que lhe for aplicável<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Estuda-se a possibilidade de, como alternativa à fundação, criar-se uma associação, a Associação Amigos do Museu do Agricultor de Santa Catarina, para dar mais flexibilidade e autonomia à entidade. A associação seria uma sociedade civil de caráter filantrópico, com personalidade jurídica própria, de duração indeterminada e sem fins lucrativos, com sede e foro em São Joaquim (ou na cidade que sediar o museu) e se regerá por estatuto e regimento próprios.

A fundação terá sede e foro no município que sediar o museu, no estado de Santa Catarina.

A fundação terá prazo indeterminado de duração.

A sigla da fundação será FMA-SC.

#### FINALIDADE

A fundação terá por finalidade:

- instituir, implantar, manter projetos de cunho cultural e outros que envolvam ações destinadas à preservação da história da agricultura catarinense, que provoquem absorção e disseminação de conhecimento e de relações que visem à cooperação entre os segmentos sociais e entidades governamentais ou não governamentais e zelar por eles;

- promover e apoiar, por si ou em parceria com entidades afins ou outras entidades da sociedade civil, a implementação, manutenção e desenvolvimento do museu, programas culturais, ou de educação que proporcionem multiplicação e ampliação do conhecimento da história da agricultura catarinense;
- emprestar apoio a projetos e atividades de preservação da cultura, de ensino e pesquisa relacionados à história da agricultura e do agricultor de Santa Catarina;
- captar recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento do museu.

#### PATRIMÔNIO E RECEITAS

Constituirão recursos da FUNDAÇÃO:

- a. as quantias que a instituição vier a receber em virtude do exercício de suas atividades;
- b. as quantias, bens e direitos recebidos, a qualquer título, de terceiros;
- c. as subvenções, a qualquer título, recebidas do poder público, todos os recursos da FUNDAÇÃO somente poderão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e integralmente no território nacional.

O patrimônio da Fundação será constituído:

- por uma dotação inicial, representada por uma área de terras situada no município-sede no estado de Santa Catarina, com as características descritas no projeto;
- pelos bens imóveis, móveis, direitos, equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinados ou adquiridos por qualquer forma no curso das suas atividades;
- pelas doações em bens móveis ou imóveis.

Os bens e direitos da Fundação somente serão utilizados na realização dos objetivos preconizados no estatuto, sendo vedada qualquer outra destinação.

A alienação de bens e direitos, a constituição de ônus reais sobre imóveis e a aceitação de doação com encargos só serão realizadas após aprovação do Conselho Deliberativo, mediante aprovação prévia do Ministério Público.

Constituem receitas da Fundação:

- a remuneração recebida com a promoção de cursos, eventos, congressos, seminários ou pela elaboração de projetos de alcance social com destinação de recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- a contribuição anual dos amigos do Museu, organizações ou pessoas associadas como colaboradores;

- a cobrança de ingresso;
- as contribuições ou doações que lhe forem feitas por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e internacionais;
- os auxílios e subvenções do Poder Público;
- verbas originárias de pessoas físicas ou jurídicas em virtude da elaboração e execução de projetos.

#### ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Para a consecução de suas finalidades objetivas, a Fundação terá a seguinte organização:

- Conselho Deliberativo
- Conselho Fiscal
- Presidência
- Diretoria Executiva

A investidura nos cargos de direção se dará conforme previsto nos Estatutos da Fundação.

Não serão remunerados, a qualquer título ou forma, os cargos de membro do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, nem serão distribuídos lucros, bonificações ou vantagens a instituidores ou conselheiros, sob qualquer pretexto.

#### O CONSELHO DE DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é órgão soberano da FMA-SC.

O Conselho Deliberativo terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos próprios conselheiros dentre os que o integram, na forma do Regimento Interno.

#### O CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é órgão de controle econômico-financeiro da Fundação, cabendo-lhe fiscalizar, analisar e dar parecer sobre as operações contábil-financeiras.

#### A DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva será constituída por:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Diretor-administrativo
- Diretor-financeiro

As atribuições de cada um serão estipuladas no Regimento Interno.

Os integrantes da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho Deliberativo, mediante prévia inscrição de candidaturas na forma do Regimento Interno da Fundação.

As competências da Diretoria Executiva serão definidas no Estatuto e no Regimento Interno da Fundação.

#### OS MEMBROS DA FUNDAÇÃO

A FMA-SC tem como integrantes, além dos fundadores, as categorias:

- a. honorário, atribuída às pessoas que já tenham prestado relevantes serviços à Fundação;
- b. doador, atribuída às pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doação significativa à Fundação;
- c. parceiro, atribuída às pessoas físicas ou jurídicas que contribuam regularmente com serviços;
- d. amigos do Museu, atribuída às pessoas ou organizações que contribuam regularmente com prestações em dinheiro;

#### 4.6 PROVÁVEIS FONTES DE RECURSOS

Os principais entraves que se colocam na implantação do museu estão na viabilização financeira do projeto, já que, em geral, dificilmente a renda gerada por instituições dessa natureza é suficiente para mantê-las, o que acaba afastando a iniciativa privada, posto que lucro não é objetivo de bens culturais como o que está sendo proposto. Por isso, a Fundação deverá contar com esforços em várias esferas, começando pelas prefeituras locais, as associações municipais da região, os empresários locais, o governo estadual, órgãos

federais e instituições ligadas aos objetivos do projeto. Também são fundamentais o apoio e a sinergia dos atores locais para a sua viabilização.

Visto como um instrumento de desenvolvimento local e regional, muitos são os agentes que poderiam ser contatados ou avaliados para participar do processo de financiamento e implantação do museu proposto.

Além de doações do setor público e privado, em dinheiro ou material museográfico, muitas empresas poderiam financiar projetos do museu, valorizar sua imagem e, ao mesmo tempo, beneficiar-se das leis estaduais ou federais de incentivo à cultura.

Quanto ao tema valorização da cultura dos imigrantes, existem muitos espaços e oportunidades para se estabelecer convênios com agências estrangeiras, como instituições da União Européia.

Também outras agências nacionais, como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf -, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de bancos de desenvolvimento e outras agências, poderão participar do financiamento.



#### 4.7 PRÓXIMAS ETAPAS DO PROJETO

1. Divulgação da proposta para lideranças do setor público e privado
2. Elaboração e divulgação de material promocional (folders e recursos de multimídia)
3. Instituição da Fundação do Museu do Agricultor de Santa Catarina
4. Elaboração do projeto final
5. Implantação do projeto

Estuda-se a possibilidade, como alternativa à fundação, de se criar uma associação, a Associação Amigos do Museu do Agricultor de Santa Catarina, para dar mais flexibilidade e autonomia à entidade. A associação seria uma sociedade civil de caráter filantrópico, com personalidade jurídica própria, de duração indeterminada e sem fins lucrativos, com sede e foro em São Joaquim (ou na cidade que sediar o museu) reger-se-á por estatuto e regimento próprios.

## 5

**HISTÓRIA DA  
AGRICULTURA NO  
ESTADO DE SANTA  
CATARINA E  
PATRIMÔNIO RURAL**

Antes mesmo da chegada dos colonizadores ao território de Santa Catarina, já se fazia agricultura nas áreas que hoje fazem parte do estado. O cultivo agrícola era realizado pelos índios tupi-guaranis no litoral - pertencentes ao grupo dos Carijós - e, nos vales litorâneos, nas encostas do planalto e no planalto, pelo grupo Jê ou Xókleng e Kaigang.

A mandioca constituía a base da alimentação dos índios. Eles a consumiam como farinha, fabricada ralando a mandioca sobre um tabuleiro munido de minúsculas pedrinhas coladas por resinas insolúveis na água. Consumiam-na também cozida, assada ou

faziam o beiju de tamanho muito grande, seco ao sol sobre os telhados das malocas.

O cultivo da terra (mandioca, banana e pouca coisa mais) era reservado às mulheres, enquanto os homens eram responsáveis pelo trabalho de caça e pesca e pela guerra.

Com a chegada dos europeus, surgiram muitos conflitos com os nativos, os quais, aos poucos, foram vencidos, dizimados ou deslocados de seu hábitat original. Essa hostilidade permaneceu por muito tempo e persiste até hoje.

A ocupação do território catarinense pode processar-se, basicamente, por grandes regiões: litoral, planalto, meio e extremo oeste.

Este processo, iniciado pelos vicentistas no século XVII, continua com os açorianos e paulistas no século XVIII, prossegue com a colonização européia nos séculos XIX e XX e tem seqüência com a expansão dessa mesma colonização no Rio Grande do Sul (Século XX). Estes últimos apenas representam as populações gaúchas, originárias, basicamente, das chamadas colônias novas daquele estado, em oposição aos núcleos originais de colonização alemã e italiana.

Os vicentistas eram homens familiarizados com a terra. A ocupação, inicialmente, se faz através da política

de ampliação do território adotada pela Coroa Portuguesa. Portugal utilizou-se largamente do princípio jurídico do "uti possidetis", o direito do primeiro possuidor, para realizar os desbravamentos dos bandeirantes que, cada vez mais, alargaram as fronteiras das terras portuguesas. São as bandeiras vicentistas (provenientes da Capitania de São Vicente), de caça ao índio, que atingem o Brasil meridional. Trouxeram utensílios de mineração, instrumentos agrícolas e gado. Constituíram grupos adaptados às atividades a que se entregavam. Trouxeram também escravos. Chegaram primeiro em São Francisco (1645), depois em Florianópolis (1651) e Laguna (1680). As atividades econômicas agrícolas se restringiram à sobrevivência daquelas populações. Há indicações de que por volta de 1700 Florianópolis produzia excedentes em farinha de mandioca, enquanto Laguna comercializava peixe seco e farinha. São Francisco possuía lavouras de algodão e cana-de-açúcar. Aparentemente, a forma de organização da produção era artesanal, com leves indícios de escravagismo, e pouco excedente agrícola comercializável.

Ainda em meados do século XVII (1748-1756), registra-se o povoamento açoriano, que vai da capital até o sul do estado. Pode-se afirmar ser este o primeiro tipo de povoamento com características de colonização deliberadamente organizada e oficial. A colonização da nova capitania coincide com a crise de superpopulação nos Açores e Madeira. Há um movimento espontâneo de vinda para o Brasil. O

Conselho Ultramarino resolve promover a maior migração sistemática de nossa história. Em várias viagens, foram transportados cerca de 4.500 colonos. Deu-lhes boa acolhida o governador Manuel Escondeiro, sucessor do Brigadeiro Paes. Mas, por falta de recursos, nem todas as promessas da administração colonial podiam ser cumpridas. Além disso, nem todos os imigrantes, entre os quais muitos nobres, estavam dispostos a se dedicar à agricultura ou aos ofícios mecânicos, em obediência às ordens régias que tinham o propósito de evitar a entrada de escravos.

Outro problema era o da localização. Recomendava a Metrópole que os colonos não se concentrassem na Ilha, mas formassem núcleos no litoral, sob normas urbanísticas, insistindo ainda que casais se encaminhassem para o Rio Grande do Sul. Estas determinações, que apesar das dificuldades foram sendo cumpridas, levaram a migração açoriana até o Extremo Sul do País, marcando o território com as características do seu tronco racial: fortaleza de ânimo, simplicidade e vivacidade. Aos seus descendentes transmitiram modismos, hábitos e linguagem que ainda sobrevivem, principalmente na Ilha de Santa Catarina e no litoral que vai até o Rio Grande do Sul.

Radicalos os casais na Ilha e no litoral, foram tentadas várias culturas agrícolas: o trigo, sem êxito, devido à "ferrugem" que o atacava; o linho e o cânhamo, com relativo aproveitamento; o algodão, cultivado forçado pela Metrópole sob penalidades severas. Na realidade,

a cultura que prevaleceu foi a da mandioca, que os colonos aprenderam no novo continente e dela conseguiram safras promissoras, conseguindo até mesmo exportar. No século. XVII criou-se a coconila, mas, por falta de incentivo, desapareceu no séc. XIX. O tamanho das propriedades recebidas pelos açorianos estava em torno de 27 hectares. Estas propriedades foram organizadas inicialmente com vistas à produção de culturas sugeridas pelas próprias autoridades. Dentre estas, incluem-se o café e o trigo, que acabaram tendo pouco sucesso devido às condições naturais. As principais culturas constituíram-se na mandioca, no arroz e na cana-de-açúcar. A organização da produção parece ter sido do tipo artesanal.

Por volta do século XVII-XVIII, os paulistas, pelo litoral, traziam o gado do Rio Grande do Sul até Laguna e de lá, por barco, o enviavam até São Vicente e as regiões mineradoras da Serra da Mantiqueira. Todavia, no início do segundo quartel do século XVIII, um novo caminho do gado foi aberto, levando Laguna à decadência. Gradativamente, o caminho que passa por Vacaria (RS) e Lages (SC) consolida esta última localidade como novo entreposto para o gado que se dirigia a Sorocaba (SP).

## 5.1 TROPEIRISMO

A historiografia oficial e os economistas definem o tropeirismo como um simples ciclo econômico. A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil Colônia. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro.

No período colonial, houve no sul incursões de bandeirantes para preação de índios e busca de ouro, sem qualquer intenção de ocupação territorial, ao contrário do tropeirismo, que, além de ampliar espaços, ocupava terras. O ciclo do açúcar no Norte do Brasil resultou na descoberta de ouro nas Minas Gerais, provocando o êxodo de braços paulistas e cariocas ávidos por sua extração, com graves conseqüências na escassez de alimentos e de um meio de transporte, matéria-prima essa encontrada em abundância nos campos do sul gaúcho, uruguaio e argentino.

O colapso das minas do Peru deixou ao abandono grande quantidade de mulas nos criadouros do território de Missões e também os primeiros aventureiros e ocupantes do Sul trouxeram o gado que, vivendo abandonado, transformou-se na maior manada, totalmente selvagem da América do Sul. O comércio sistemático e contínuo desses animais permitiu

(continua)

(conclusão)

estabelecer historicamente o ano de 1730 como o início desse importante ciclo. O ponto de partida eram as praias de Araranguá, seguindo pela impressionante escarpa Ausentes e Bom Jesus até os Campos de Lages e Curitibanos, direcionando-se para o norte. O ponto final era Sorocaba, local escolhido para a comercialização dos animais, abastecendo Minas, São Paulo e o Vale do Paraíba. A marcha tropeira alcançava um máximo de jornada na extensão de quarenta quilômetros; o repetir ininterrupto desses pontos de pouso veio ser o embrião de futuras vilas, freguesias, cidades, hoje sedes municipais. O comércio intenso de animais no sentido sul-norte por duzentos anos veio assegurar ao Brasil esse imenso espaço geográfico na assinatura do tratado de paz com os espanhóis, sob o nome de Idefonso. Pelo Tratado de Tordesilhas, acordado entre lusos e castelhanos, a linha no sul passava na altura de Cananéia, estendendo-se até Laguna, e significava que para o lado do poente tudo pertencia aos espanhóis.

A saga tropeira possibilitou esse avanço, além de assegurar a unidade dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A região era de campos favoráveis à criação de gado. O índio das missões foi o primeiro vaqueiro.



## 5.2 FUNDAÇÃO DE LAGES

Entre os tropeiros, que sempre através do “caminho do sul” demandavam os campos de Viamão, em terras rio-grandenses, encontrava-se Antônio Correa Pinto, encarregado, em 1766, de fundar uma povoação no sertão de Curitiba, num local que servia de paragem, chamada Lages. A determinação era de que a futura vila deveria chamar-se Vila Nova dos Prazeres. Como argumento, dizia que era preciso proteger os habitantes da região, mas também previa o desenvolvimento da agricultura e da pecuária local, além de montar um ponto estratégico contra as investidas dos espanhóis.

Em Santa Catarina, estes fluxos de população determinaram o surgimento de Lages, São Joaquim, Mafra e Porto União, dentre outros municípios. O evento da economia mineira e as condições locais darão origem a uma bovinocultura extensiva e à implantação de grandes propriedades a ela dedicada. A grande propriedade implicou um caráter social distinto do litoral e do meio e extremo oeste catarinenses. Organizou-se uma sociedade de tipo patriarcal, constituída de grandes proprietários e seus dependentes (agregados ou peões). Esta sociedade dedicava-se à criação de gado e cuidava apenas da produção de alguns bens de subsistência.

As amplas e boas pastagens naturais, aliadas ao seguro comércio nas feiras paulistas – que serviam de

entrepósitos comerciais para as regiões das Minas – tornavam possível e necessária a atividade pastoril.

Em geral, praticava-se a agricultura de subsistência – tarefa que cabia mais à mulher –, explorando-se os terrenos vizinhos das casas.

Como as lidas diárias com o gado não comportavam muita mão-de-obra, o crescimento demográfico não era acompanhado pela ampliação das possibilidades de trabalho, exceto na frente aberta pelos ervais. Além dos agregados – que residiam com mulher e filhos na fazenda –, havia os peões. Estes, geralmente descendentes de grupos indígenas, dormiam pelos galpões e ajudavam na época em que a lida com o gado exigia mais trabalho. Também exerciam a coleta de erva-mate.

Os vastos ervais nativos – o mate já era habitualmente consumido entre os indígenas locais – eram alvo de crescente procura. Pelo porto de Paranaguá (PR), o produto, recolhido sobretudo na região contestada, era encaminhado para os mercados do Prata. Somente quando, pela estrada de terra Dona Francisca, se conseguiu atingir o planalto, em 1873, ligando a área de Joinville a Mafra, Rio Negro e Porto União, a erva-mate passou a ser escoada também pelo porto catarinense de São Francisco do Sul, estabelecendo um intenso vaivém de ‘carroças típicas’, de quatro rodas e com toldas brancas, puxadas por seis cavalos”.

Anualmente, centenas desses veículos transportavam grossos volumes de mate.

Quanto à composição social, a região de um lado, era caracterizada, por um grupo minoritário de pessoas que dispunham da posse legal das vastas porções de terras e, de outro, por um grupo majoritário composto de ervateiros (pequenos proprietários ou posseiros), peões-ervateiros e agregados. Ao nível das relações sociais, o sistema do *compadrio* – cujo ritual era legitimado pela Igreja – tratava, ideologicamente, de estabelecer um trato 'igualitário' entre as partes, baseado, objetivamente, no estilo de vida semelhante entre proprietários e não-proprietários, no emprego de técnicas e instrumentos rudimentares e pouco diferenciados, no uso generalizado de um equipamento ofensivo e defensivo, na relativa disponibilidade de terras.

Ao sul do rio Iguaçu e ao norte do rio Uruguai, numa área de aproximadamente 28 mil km<sup>2</sup> do território interiorano catarinense, viviam, na época, em torno da Proclamação da República (1889), poucos milhares de pessoas, espalhadas pelos vastos campos e matas ou agrupadas nas sedes e distritos dos municípios.

As escarpas serranas, então densamente cobertas pela Mata Atlântica, e a população indígena *Kokleng* (que, obviamente, respondia com agressão à agressão que sofria pela presença dos invasores de seu espaço), representavam difíceis obstáculos a serem vencidos

pelos povoadores e, dessa forma, contribuíram para justificar a longa separação entre as duas grandes unidades geográficas catarinenses – a região litorânea e a região do planalto.

No decorrer da década 1900-1910, milhares de novos moradores imigrantes – estrangeiros uns e brasileiros errantes outros – vieram acrescentar cabeças à miúda população de serra-acima.

A economia extrativa da madeira surge apenas no início do século XX e passa a se constituir numa alternativa para a região, abalada com o declínio da economia da mineração. A melhoria das condições viárias, ao mesmo tempo em que favorece os fluxos de exportação de madeiras e erva-mate, permite uma melhor integração e desempenho para a pecuária.

A região planaltina passa a exercer grande coibição entre os estados de Santa Catarina e Paraná, assim como para o Grupo Farquhar (Brazil Railway Company), apropriando-se da maior quantidade de terras possível.

A vida econômica da região, durante muito tempo, vai girar em torno da criação extensiva do gado bovino, na coleta da erva-mate e na extração de madeira, material empregado na construção de praticamente todas as residências. Os ervais encontravam seu mercado na região do Prata.

Nas terras dos coronéis, os agregados e peões podiam servir-se das ervas sem qualquer proibição, porém, quando o mate adquiriu valor comercial, os coronéis começaram a explorar a coleta abusiva da erva em suas terras.

Como região fornecedora de gado para a feira de Sorocaba e erva-mate para os países do Prata, o planalto catarinense, economicamente, inseria-se em nível nacional no modelo agrário-comercial-exportador dependente. No entanto, o baixo nível de investimento dos excedentes gerados pelas atividades dessa região, bem como a própria natureza dessas atividades, são fatores que em parte explicam o baixo dinamismo do planalto catarinense.

A agricultura do Planalto Catarinense (ou da Serra Catarinense, como está passando a ser chamada) desenvolveu-se menos do que em outras regiões do estado. Atualmente, os principais produtos rurais desta região são os da pecuária extensiva e do extrativismo de erva-mate. As atividades relacionadas à silvicultura, no entanto, estão adquirindo grande peso econômico e consolidando o planalto como grande produtor de papel, papelão e móveis. Desenvolvem-se aí também a pecuária de leite e a fruticultura.

### 5.3 COLONIZAÇÃO EUROPÉIA

Foi no final do Primeiro Reinado que se iniciou um grande movimento de colonização em todo o País . A província de Santa Catarina foi um dos locais em que ele produziu resultados mais promissores, quer o de iniciativa oficial, quer o particular.

Do primeiro tipo foram: São Pedro de Alcântara, de alemães (1829); Itajaí, de nacionalidades diversas (1836); Piedade, de alemães (1847); Santa Tereza (1854), com soldados agricultores, destinada à ligação entre Lages e a capital; Teresópolis, de alemães (1860); Brusque, idem (1860); Angelina, de diversas nacionalidades (1862); Azarbuja, de italianos (1877); Luís Alves, de diversas nacionalidades (1877).

De iniciativa particular foram: Nova Itália, de italianos (1836); Flor da Silva, com elementos mistos (1844); Blumenau, com alemães (1850); D. Francisca, com alemães (1851), que deu origem à cidade de Joinville; Leopoldina, com nacionais, belgas, e alemães (1853); Príncipe D. Pedro, com irlandeses e americanos (1860); o Grão-Pará, com italianos, espanhóis, russos, polacos, franceses, ingleses e holandeses (1882).

Durante o 1º Reinado, a ação colonizadora foi vista mais como fins de defesa da terra do que de povoamento. Houve, neste período, um movimento migratório espontâneo, originário das Ilhas Canárias, principalmente da Ilha Lanzarote, para Santa Catarina,

dando origem à Colônia de Nova Ericeira, na enseada das Garoupas (atual Porto Belo).

Com o objetivo de solucionar o vazio populacional entre o litoral e o planalto, a partir de 1829 colonos europeus foram sendo locados às margens da antiga estrada do Desterro a Lages.

São Pedro de Alcântara (1828) foi a primeira colônia alemã em Santa Catarina, formada com alemães provenientes de Bremen e outros, da chamada "Legião Alemã", soldados mercenários que serviram no Rio de Janeiro. Problemas como discórdia entre os colonos a respeito da localização da colônia, atraso do pagamento a que tinham direito, má distribuição de terras, má qualidade das terras, etc. fizeram com que muitos colonos fossem em busca de outras áreas da Província (como a Colônia de Vargem Grande – 1837 – fundada durante o período regencial, que também dará origem, em 1847, à localidade de Löffelscheidt (atual Águas Mornas).

O Período Regencial caracterizou-se pela aversão ao elemento estrangeiro. Por isso, de maneira geral, foi inexpressiva a imigração neste período. Desenvolvia-se também na Europa uma campanha contrária à emigração para o Brasil.

O regente Pe. Diogo Antônio Feijó autorizou governos provinciais a fundarem estabelecimentos coloniais por conta própria. É aprovada outra lei que permitiu a

colonização por empresa ou companhia nacional ou estrangeira.

A Colônia Nova Itália (1836), atual São João Batista, foi fundada pela empresa colonizadora "Demaria e Schutel". Os colonos eram originários, na sua maioria, da Ilha da Sardenha, ora sob domínio espanhol, ora sob domínio francês. Foi localizada às margens do rio Tijucas, no então município de São Miguel. A colônia teve maior desenvolvimento durante o período em que esteve sob a direção do suíço Luc Montandon Boiteux.

A Colônia de Itajaí (1835) foi formada sob a lei Provincial n.º 11, que permitiu estabelecer duas colônias compostas de elementos nacionais e estrangeiros no município de Porto Belo, uma à margem do rio Itajaí-Açu, na localidade de "Pocinho" e outra, próxima ao rio Itajaí-Mirim, no lugar chamado "Tabuleiro".

No período do 2º Reinado, o processo colonizador do Brasil terá maior impulso. A lei n.º 514, de 1848, determinava: "A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser arroteadas por braços escravos". Somando-se à política imperial, problemas sociais e econômicos europeus favoreceram este surto migratório. Entre eles, destacam-se a) o excedente



populacional na região; b) a grande concentração de terras nas mãos da aristocracia; c) o absolutismo e d) o mito sobre fabulosas riquezas aqui existentes. Entre as principais colônias formadas à época destacam-se:

- Colônia Industrial do Saí: em 1840, o médico francês Dr. Joseph Mure conseguiu do governo autorização para criar uma colônia nas terras devolutas da Península do Saí, junto a São Francisco. Em 1841 é assinado um contrato para "o estabelecimento de uma colônia industrial", com proibição do trabalho escravo. A colônia era organizada segundo as idéias do socialismo utópico de Charle Fourier: criação de um Falanstério, onde os encargos seriam atribuídos de acordo com a vocação de cada um; o lucro seria dividido entre a população. Sendo uma colônia em que predominavam artesãos e operários especializados, faltou-lhe base agrícola para a subsistência e mercado satisfatório para suas habilidades profissionais, além de ter sido instalada em área de difícil desbravamento.
- A Sociedade Belgo-Brasileira de Colonização: em 1841 é criada a "Societé Belge-Brésilienne de Colonisation", idealizada por Charles Van Lede, para o transporte de colonos belgas à Província de Santa Catarina, bem como mineradores de carvão e ferro. A primeira leva de imigrantes belgas chega a Santa Catarina em 1844. Van Lede compra terras devolutas à margem direita do rio Itajaí-Açu, no local denominado Ilhota.

- Neste período, desenvolvem-se também outras colônias, no entanto, sem grande desenvolvimento econômico: uma, formada por colonos alemães na “Armação da Piedade”; outra, Santa Izabel, junto ao rio Cubatão, que acaba dando origem a outras como Rancho Queimado, Rio Bonito, Serra Chata, Bugres e Ribeirão Schaff.

#### 5.4 A GRANDE COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Alguns fatores colaboraram para a vinda de alemães para o Brasil neste período:

- a. excedente populacional na região;
- b. grande concentração de terras nas mãos da aristocracia;
- c. o absolutismo e
- d. o mito sobre fabulosas riquezas aqui existentes.

Os alemães acabaram encontrando alguns problemas de adaptação e convivência, o que acabou por prejudicar a política de imigração do Brasil na Europa, principalmente na Alemanha. Foi, então, criada a “Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães”. Esta associação envia para o Brasil o jovem Hermann Bruno Otto Blumenau para fiscalizar a situação dos alemães aqui instalados (1846).

- **Colônia de Blumenau (1850):** Hermann Blumenau

associa-se ao comerciante Fernando Hackradt, formando uma companhia colonizadora. Estabelecem a colônia na região banhada pelo rio Itajaí-Açu em 2 de setembro de 1850. Hermann Blumenau foi cuidadoso ao escolher os colonos, no sentido de haver uma diversificação profissional: havia agrimensor, carpinteiro, marceneiro, charuteiro, funileiro, ferreiros e dois lavradores. Dentre os imigrantes ilustres que ingressaram posteriormente em Blumenau, destaca-se o naturalista Fritz Müller. Por volta de 1859, já era significativo o número de engenhos de farinha, de açúcar, assim como a existência de alambiques, moinhos de milho, serrarias, fábricas de vinagre, de cerveja e olaria. Em 1860, a colônia deixa de ser particular e passa às mãos do governo Imperial, embora Hermann Blumenau continue como seu diretor. Em 1875, é favorecida com a chegada de imigrantes italianos originários da região do Trentino. Em 1882, quando é eleita a primeira Câmara Municipal (presidente José Henrique Flores Filho), o município contava com aproximadamente 16.380 habitantes, 61,5% deles luteranos.

- **Colônia Dona Francisca:** as terras onde se desenvolve esta colônia pertenciam ao dote da princesa Francisca, filha de D. Pedro I, casada com o Príncipe de Joinville, filho de Luiz Felipe, rei da França. Exilados na Inglaterra em virtude da Revolução de 1848 (depois Luiz Felipe, instaurando-se uma república), o casal decide aproveitar

economicamente o território. Para este objetivo é assinado contrato com a "Sociedade Colonizadora de Hamburgo", organizada pelo Senador Christiano Mathias Schroeder. Na colônia, proibia-se a mão-de-obra escrava; assegurava-se liberdade de culto e o direito de naturalização após dois anos de residência aos que adquirissem terras na colônia. Os primeiros colonos chegam de Hamburgo em 1851 no navio "Colon". A maioria era de colonos suíços. No entanto, havia também noruegueses com profissões variadas: marceneiros, padeiros, ferreiros e lavradores. O contingente imigratório aumentava constantemente, trazendo uma diversidade étnico-cultural: suíços, noruegueses, alemães, dinamarqueses. O crescimento populacional fez surgir nova frente de colonização com a abertura da estrada em direção ao planalto norte-catarinense (1865), aos campos de São Miguel e ao vale do rio São Bento. Em 1866, Joinville passa a ser município e desliga-se de São Francisco.

- **Colônia Itajaí - Brusque:** Em 1860 chegam os primeiros colonos alemães, que já encontram alguns moradores na região. O nome oficial da colônia era Itajaí, mas a população passou a se chamar de Colônia Brusque, em homenagem ao Presidente da Província, Francisco Carlos de Araújo Brusque. Além dos alemães, em 1875 chegam italianos e franceses. Surgem, assim, variadas profissões: alfaiates, sapateiros, tecelões, carpinteiros, ferreiros, etc. A Colônia Brusque acabou incorporando a

vizinha colônia "Príncipe D. Pedro". Em 1881, é criado o município de São Luiz Gonzaga, desmembrado de Itajaí e, a partir de 1890, passa a chamar-se oficialmente de Brusque. A tradição tecelã, já existente desde 1862, ampliou-se com a chegada de tecelões poloneses de língua alemã. Muitos deles passaram a trabalhar por conta própria ou para o empresário Carlos Renaux.

A evolução dessa diversidade cultural deu às regiões de colonização majoritariamente alemã com um perfil urbano industrial predominante e nacionalmente expressivo, com destaque para a indústria têxtil no Vale do Itajaí e a eletrometalmeccânica no Litoral Norte. O setor agropastoril, no entanto, tem menor dinamismo, embora algumas atividades agrícolas tenham importante participação na composição do VBP estadual, como é o caso do arroz irrigado, do fumo, da cebola e da banana. Também a olericultura tem importante participação na produção rural dessas regiões.

### 5.5 A GRANDE COLONIZAÇÃO ITALIANA

Em quantidade, a imigração italiana superou os demais grupos imigratórios. Colaboraram para a vinda destes italianos ao Brasil:

- a. as dificuldades econômicas na Itália;
- b. a concentração de terras nas mãos de poucos;

c. a instabilidade política decorrente do processo de unificação italiana e

d. a esperança de enriquecer na América.

Em 1874, foi assinado um contrato entre o Governo Imperial e o Comendador Caetano Pinto Júnior. Através deste contrato, Caetano Pinto comprometia-se a trazer para o Brasil cem mil imigrantes italianos, num prazo de dez anos. A passagem seria paga pelo governo; teriam liberdade de se estabelecer onde desejassem e o lote seria pago de forma parcelada. Dentre as principais, em território catarinense, destacam-se:

- **As colônias do Vale do Itajaí-Açu:** em 1875 chegaram a Blumenau quase 30 famílias provenientes da região de Trento, dirigindo-se para a região do Vale do Rio dos Cedros, onde se fixaram. Nascia Santo Antônio, localidade de Pomeranos. Outros imigrantes, também de origem trentina, estabeleceram-se na "picada" de Rodeio (1875). Em 1876 surge outra colônia, Ascurra. Apiúna (na encosta da Serra Geral) e Luís Alves (fundada pelo engenheiro Júlio Grothe), fundada em 1877, foram outros exemplos de colônias fundadas pelos italianos.
- **As colônias do Vale do Itajaí-Mirim e Vale do Tijucas:** dentro da colônia Itajaí-Brusque, foi criado o distrito colonial de Porto Franco (atual Botuverá), que acabou isolando-se em virtude da região

montanhosa. A colônia de Nova Trento, fundada em 1875, no Vale do Rio do Braço, desenvolveu-se mais.

- **O Sul Catarinense:** preocupado com o escasso povoamento no sul de Santa Catarina, o governo imperial designa comissão para demarcar terras para imigração na região do vale do rio Tubarão e de seus afluentes, o Capivari e Braço do Norte. Em 1877 é fundada a colônia de Azambuja. A partir de então chegam novos colonos, dando origem a novas colônias, como Pedras Grandes, Treze de Maio, Acioli de Vasconcelos (hoje Cocal) e Criciúma.

Atualmente, essas antigas colônias destacam-se na produção agrícola estadual como importantes produtores de arroz irrigado, fumo e mandioca. A fruticultura está em processo de expansão. A região consolidou-se como importante pólo cerâmico nacional.

## 5.6 A COLONIZAÇÃO POLONESA

A Polônia passava por inúmeras dificuldades políticas em virtude da constante partilha de seus territórios pelos países vizinhos. Aliavam-se a isto o regime de trabalho rural, a servidão e a propaganda do governo brasileiro. Em 1869, registra-se o primeiro grupo localizado em Brusque; muitos, posteriormente, transferem-se para o Paraná. A partir de 1882, através do contrato firmado com Caetano Pinto, ocorre a

fixação de poloneses em várias áreas da província, geralmente nas áreas periféricas das colônias já existentes. Uma destas colônias é a de Pinheirinho (atual município de Jacinto Machado), no sul catarinense. No entanto, o grande fluxo ocorre em 1889 no que ficou conhecido como "febre brasileira". Na Província de Santa Catarina vão fixar-se, inicialmente, nos Vales do Urussanga, do Tubarão, do Mãe Luzia e do Araranguá; depois nos vales do Itajaí e do Itapocu, até chegarem a São Bento e adjacências. Os poloneses que chegam pelo porto de Paranaguá são enviados para a vila de Rio Negro e daí para a colônia de Lucena (atual Itaiópolis). Novos contingentes virão antes e depois da Primeira Guerra Mundial, espalhando-se por várias regiões.

### 5.7 OUTRAS COLÔNIAS DO PERÍODO

- **Colônia Grão-Pará** - A Princesa Izabel, filha de D. Pedro II, também obteve dote em terras devolutas, ao casar-se com o Conde d'Eu, Príncipe Gastão de Orleans. Este dote compunha-se de terras na Província de Santa Catarina e Sergipe. Em Santa Catarina, as terras correspondiam a uma região do vale do rio Tubarão e alguns de seus tributários, os rios Oratório e Braço do Norte. A colonização desta região ficou a cargo do engenheiro Charles Mitchel S. Leslie. O relatório sobre a situação das terras e suas possibilidades foi enviado para análise do Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior e de Le



Coq de Oliveira, procurador do Comendador Joaquim. Surge então o contrato entre o Conde d'Eu e o Comendador, que se compromete a trazer 50 famílias de colonos por ano, durante dez anos. O ano de 1882 é o início oficial da Colônia do Grão-Pará, com a chegada de colonos vindos de Gênova. Seu crescimento permitiu sua elevação a distrito do município de Tubarão em 1888. Com a proclamação da República e a expulsão da família imperial, os Condes d'Eu venderam estas terras para a Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil.

- **Colônia Jaraguá** - Também teve origem em terras que pertenciam ao casal Conde d'Eu, na região do vale do rio Itapocu. Foi colonizada por elementos de origem germânica, vindos da colônia D. Francisca, e por elementos de origem italiana que saíram dos núcleos da Colônia de Blumenau.
- **Campos de Palmas** - Os Campos de Palmas, no planalto catarinense, surgem em decorrência das novas "frentes pastoris", isto é, dos movimentos de tropas provenientes no norte (Campos de Guarapuava), do leste (Campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos) e do Sul (pampas gaúcho). Em 1840 já havia um número expressivo de fazendas de gado. Apesar de bastante extensa, era pouco povoada, o que provocou sua marginalização no processo de integração social, econômica e política, aspecto que contribuiu para a chamada Questão do Contestado entre as Províncias de Santa Catarina e Paraná.

A partir da fundação das colônias de imigrantes, a população catarinense cresceu a olhos vistos. O Recenseamento Geral do Império, realizado em 1872, apresentou o seguinte dado: a Província de Santa Catarina possuía 158.531 habitantes, dos quais 142.166 eram homens livres e 16.347 escravos. As bases para o início do processo de desenvolvimento econômico estavam assim lançadas. Desta forma, grandes foram o legado e a contribuição cultural e econômica dos colonos alemães e italianos.

Os alemães contribuíram com a introdução de seus hábitos e costumes alimentares: carne defumada, linguiças e queijos dos mais variados tipos. Os colonos, em geral, dedicavam-se, inicialmente, a algumas espécies olerícolas, ao trigo, ao gado de leite, à criação de suínos de tipo banha, de aves, à aveia, à cevada, ao centeio. Mais tarde, cultivaram o feijão, o aipim e o milho. Na arquitetura, as casas típicas alemãs: tijolos a vista, telhado em ângulo agudo, sótão, cortinas nas janelas e belos jardins. Na economia, introdução de atividades econômicas tais como: moinhos, serrarias, curtumes, fábricas de ferramentas, cervejarias, laticínios, etc., além das festas populares, danças e crenças religiosas.

Os italianos, localizados geralmente na periferia das sedes das colônias alemãs, acabaram destacando-se na produção agrícola: milho, arroz, uva, amoreira, bicho-da-seda, fumo e criação de aves. O feijão e o

aipim foram sendo gradativamente agregados ao rol inicial de produtos. As casas, do ponto de vista arquitetônico, eram de madeira, sem varanda, altas, com largos porões onde eram guardadas as carretas. Nos locais onde se fabricava o vinho, os porões eram usados como adegas. Os italianos também muito contribuíram nos costumes, festas e culinária (polenta, macarrão, etc.).

É importante ressaltar que a policultura, mais a criação de animais, representam ainda hoje uma característica marcante do estado. O sistema de policultura deve ter permitido a reprodução e o surgimento de "frentes de expansão", quando os filhos dos colonos adquiriam novos lotes. Um pequeno excedente permitia a aquisição de outros bens. O aporte tecnológico agrícola supõe-se ter sido reduzido. O fator abundante mesmo era a terra, já que as dificuldades de capitalização e acesso a mercados eram grandes. Isso teria contribuído para a adoção de tecnologias caboclas. Em conclusão, a tecnologia utilizada era de tipo intensivo em mão-de-obra, com pouca utilização de capital e mesmo de utilização de práticas agrícolas atrasadas.

### 5.8 A OCUPAÇÃO DO PLANALTO CATARINENSE E A GUERRA DO CONTESTADO

A expansão da área cafeeicultora brasileira tornava necessário interligar seus núcleos urbanos com a região sulina a fim de que esta os abastecesse de produtos agropastoris. Havia também uma forte razão estratégica, invocando a segurança nacional para apressar essa ligação – as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina estavam tensas.

A empresa encarregada de efetuar esta ligação, a Brazil Railway Company (Grupo Farquhar), entretanto, poderia reclamar o direito sobre a faixa marginal de, no máximo, quinze quilômetros para ambos os lados da via-férrea – concessão efetuada por decreto do governo central – o que implicava a apropriação legal de uma área que somava alguns milhares de quilômetros quadrados.

O grupo Farquhar, que queria transformar a área em produtora de alimentos, (que seriam transportados por sua ferrovia até a região cafeeicultora de São Paulo), passa a processar de forma violenta a expulsão dos posseiros que, há mais ou menos tempo, ocupavam as terras.

A ferrovia implicava o contato direto com a 'civilização' e com interesses econômicos fortemente estabelecidos

(continua)

(continuação)

também em outras áreas. Logo começa a utilização, além do gado e da erva-mate, de uma outra grande riqueza praticamente inexplorada em moldes 'racionais' – o pinheiro –, fartamente encontrado na região do planalto catarinense. Visando a explorar o vasto potencial madeireiro e promover a colonização das largas terras marginais do leito ferroviário, a Brazil Railway cria em 1909, a subsidiária Southern Brazil Lumber Company.

A Brazil Lumber providencia a construção de duas grandes serrarias, dando início à devastação dos imensos e seculares pinheirais, mecanizando o trabalho desde a coleta das toras até o seu desdobramento e armazenagem – o que resultava em oferta relativamente escassa de emprego, não obstante a presença na área de alguns milhares de homens sem trabalho.

Colonos de origem alemã e, posterior e secundariamente, italianos e poloneses oriundos dos estados do Rio Grande e Paraná, foram atraídos pelas propostas da empresa, fixando residência nas férteis terras ao longo do vale do Rio do Peixe. Vários núcleos coloniais foram ali criados. É

(continua)

(continuação)

claro que, a esta altura, o corpo de segurança da Companhia já havia varrido da região, de forma sumária e definitiva, todos os posseiros, inclusive aqueles mais renitentes.

Com a presença desses imigrantes, a atividade agrícola, até então voltada para a geração exclusiva dos 'mínimos vitais' necessários à subsistência dos moradores da área, começa a produzir excedentes que seriam escoados pela ferrovia em direção ao centro consumidor da região cafeeicultora paulista.

O substancial acréscimo de milhares de novos moradores (cerca de 8 mil entre 1905 e 1910), exatamente quando a produção erva-mateira havia sofrido a extinção da Companhia Industrial (1905), responsável pela condução do fluxo exploratório do mate no planalto, foi de fundamental importância - pelo fato de ter engrossado em muito a massa dos homens marginalizados e sem terra - para a irrupção do movimento rebelde do Contestado.

A região denominada "Contestado" abrangia cerca de 40.000 Km<sup>2</sup> entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná.

(continua)

(continuação)

disputada por ambos, uma vez que até o início deste século a fronteira não havia sido demarcada. Suas cidades foram palco de um dos mais importantes movimentos sociais do País. Esta região desenvolveu-se muito lentamente, sendo utilizada como rota de tropeiros em direção a São Paulo.

No século XIX, algumas poucas cidades haviam-se desenvolvido, principalmente por grupos provenientes do Rio Grande do Sul, após a Guerra dos Farrapos, dando origem a uma sociedade baseada no latifúndio, no apadrinhamento e na violência. Após a Proclamação da República, com a maior autonomia dos estados, desenvolveu-se o coronelismo; cada cidade possuía 1 chefe local, grande proprietário, que utilizava jagunços e agregados para manter e ampliar seus "currais eleitorais", influenciando a vida política estadual. Havia ainda as disputas entre os coronéis, envolvendo as disputas por terras ou pelo controle político no estado.

Em 1908, a Brazil Railway Company passaria a explorar e comercializar a madeira da região, com o direito de reaver as terras desapropriadas ao longo da ferrovia.

(continua)

(continuação)

Enquanto os latifundiários e as empresas norte-americanas passaram a controlar a economia local, formou-se uma camada composta por trabalhadores braçais, caracterizada por extrema pobreza, agravada ainda mais com o final da construção da ferrovia em 1910, elevando o nível de desemprego e de marginalidade social. Esta camada prendia-se cada vez mais ao mandonismo dos coronéis e à rígida estrutura fundiária, que não alimentava nenhuma perspectiva de alteração da situação vigente. Estes elementos, somados à ignorância, determinaram o desenvolvimento de grande religiosidade, misticismo e messianismo.

Os movimentos messiânicos são aqueles que se apegam a um líder religioso ou espiritual, um messias, que passa a ser considerado "aquele que guia em direção à salvação". Os "líderes messiânicos" conquistam prestígio dando conselhos, ajudando necessitados e curando doentes, sem nenhuma pretensão material, identificando-se do ponto de vista socioeconômico com as camadas populares. A ação dos "monges" caracterizou o messianismo. O mais importante deles foi o monge João Maria, que teve importante presença no final do século XIX, época da Revolução Federalista (1893-95).

(continua)



(continuação)

Durante muitos anos apareceram e desapareceram diversos "monges", confundidos com o próprio João Maria. Em 1912, surgiu, na cidade de Campos Novos, no interior de Santa Catarina, o monge José Maria. Aconselhando e curando doentes, a fama do 'monge' cresceu, a ponto de receber a proteção de um dos mais importantes coronéis da região, Francisco de Almeida. Vivendo em terras do coronel, o monge recebia a visita de dezenas de pessoas diariamente, provenientes de diversas cidades do interior. Proteger o monge passou a ser sinal de prestígio político; por isso, sua transferência para a cidade de Taquaruçu, em terras do coronel Henrique de Almeida, acirrou as disputas políticas na região, levando seu adversário, o coronel Francisco de Albuquerque, a alertar as autoridades estaduais sobre o desenvolvimento de uma "comunidade de fanáticos" na região.

Durante sua estada em Taquaruçu, José Maria organizou uma comunidade denominada "Quadro Santo", liderada por um grupo chamado "Os Doze Pares de França", numa alusão à cavalaria de Carlos Magno na Idade Média, e posteriormente fundou a "Monarquia Celestial".

(continua)

(continuação)

Ao iniciar a segunda década do século, o País era governado pelo Marechal Hermes da Fonseca, responsável pela "Política das Salvações", caracterizada pelas intervenções político-militares em diversos estados, pretendendo eliminar seus adversários políticos. Além da postura autoritária e repressiva do Estado, encontramos outros elementos contrários ao messianismo, como os interesses locais dos coronéis e a postura da Igreja Católica, no sentido de combater de combater os líderes "fanáticos".

O primeiro conflito armado ocorreu na região de Irani, ao sul de Palmas, quando foi morto José Maria, apesar de as tropas estaduais terem sido derrotadas pelos caboclos. Os seguidores do monge, incluindo alguns fazendeiros, reorganizaram o "Quadro Santo" e a Monarquia Celestial; acreditavam que o líder ressuscitaria e o misticismo expandiu-se com grande rapidez. Os caboclos condenavam a República, associando-a ao poder dos coronéis e ao poder da Brazil Railway.

No final de 1913, um novo ataque foi realizado, contando com tropas federais e estaduais que, derrotadas, deixaram para trás armas e munição. Em fevereiro do ano seguinte,

(continua)

(conclusão)

mais de 700 soldados atacaram o arraial de Taquaruçu, matando dezenas de pessoas. De março a maio, outras expedições foram realizadas, porém sem sucesso.

A organização das imandades continuou a se desenvolver e os sertanejos passaram a ter uma atitude mais ofensiva. Sua principal líder era uma jovem de 15 anos, Maria Rosa, que dizia receber ordens de José Maria. Em 1º de setembro foi lançado o Manifesto Monarquista e a partir de então iniciou-se a "Guerra Santa", caracterizada por saques e invasões de propriedades e por um discurso que vinculava pobreza e exploração à República.

A partir de dezembro de 1914 iniciou-se o ataque final, comandado pelo general Setembrino de Carvalho, mandado do Rio de Janeiro à frente das tropas federais, ampliada por soldados do Paraná e de Santa Catarina. O cerco à região de Santa Maria determinou grande mortalidade, causada pela fome e pela epidemia de tifo, forçando parte dos sertanejos a se renderem. Os redutos "monarquistas" foram sucessivamente arrasados.

O último líder do 'Contestado', Deodato Manuel Ramos, foi preso e condenado a 30 anos de prisão, tendo morrido em uma tentativa de fuga.

### 5.9 A COLONIZAÇÃO DO OESTE

Resolvida a questão do contestado em 1916, estariam criadas as condições para a ocupação pacífica do Meio e Extremo Oeste.

Os fluxos de migração ocorrem fundamentalmente a partir da década de 20, do século XX. Seus componentes são as populações das áreas de colônias novas, situadas a noroeste do estado do Rio Grande do Sul, basicamente de origem italiana e alemã. Este fluxo de gaúchos em geral produzia bens de subsistência. A atividade dominante foi, todavia, a suinocultura, pela criação do porco tipo banha. Ao que se sabe, estes colonos não perderam o vínculo com o estado de origem. Exportavam banha, porco vivo, fumo e erva-mate para o Rio Grande do Sul. Em contrapartida, adquiriam máquinas e equipamentos agrícolas produzidos pelo parque industrial regional do estado gaúcho. A exportação de madeiras, em grande parte atividade pioneira das empresas colonizadoras, é realizada principalmente através do rio Uruguai, em direção a portos da bacia do Prata.

Diferentemente de outros fluxos de imigrantes, estes possuíam conhecimentos agrícolas e experiência em áreas de recursos naturais relativamente semelhantes aos do Meio e Extremo Oeste Catarinense. Admite-se que as populações emigrantes do Rio Grande do Sul tenham chegado por problemas combinados de

excedentes de mão-de-obra e escassez relativa de terras.

Na prática, formou-se uma economia policultora, com alguns produtos voltados ao mercado. Aparentemente, é a homogeneização das atividades agrícolas e sua conseqüente concentração da produção, ainda que em pequenas unidades produtoras, que vai viabilizar o seu desenvolvimento. O sistema econômico agrícola da região organizou-se com base na propriedade familiar, com produção do tipo artesanal.

Na década de 50, com o avanço de populações gaúchas e catarinenses em direção ao Paraná, a região integra-se às novas áreas ocupadas naquele estado. Os excedentes agrícolas, expressos pela venda de porcos vivos e/ou banha, somam-se aos excedentes das colônias do Paraná, para se destinarem a centros urbanos importantes.

A forma de organização da produção e o destino dos produtos exportados pela região favorecem a implantação de frigoríficos que utilizam matérias-primas elaboradas pelo setor agrícola. A tradição e o conhecimento de técnicas por parte do produtor favorece o setor industrial, que passa a ter grande dinamismo, configurando uma região com grande projeção nacional e internacional na produção de suínos e aves. A vinculação da produção rural com os complexos agroindustriais estabelecidos no estado constitui-se no grande motor da economia regional.

A avicultura catarinense é referência estratégica para a avicultura mundial, nacional e do Mercosul. O setor se desenvolve copiando o modelo de parceria produtor/indústria implantado a partir do início dos anos 70. Possui qualidade igual ou superior à obtida em muitos países de avicultura adiantada. Com uma produção planejada, as empresas com matriz em Santa Catarina atendem a 60% do mercado interno e participam com 70% das exportações brasileiras.

A suinocultura catarinense é competitiva também internacionalmente. Possui o melhor nível de produtividade do País, tanto no campo como na indústria. Tem índices de produtividade semelhantes e até superiores aos dos europeus e americanos. O setor participa com 75% das exportações brasileiras.

A produção na indústria sofre um processo intenso de diversificação em produtos e mercados, o que garante a continuidade de sua liderança. O mercado de suínos está concentrado em cinco grandes empresas, todas com matriz em Santa Catarina. Estas empresas detêm mais de 60% dos abates e de 70% dos negócios suínícolas do País. Nos últimos anos, foram incorporadas ao processo produtivo novas tecnologias em instalações, equipamentos e manejo, com especial destaque para a melhoria genética dos plantéis, do nível sanitário e da qualidade da carne e derivados.

Além desses produtos pecuários, a região Oeste produz milho, feijão, soja, fumo, entre outros. As atividades voltadas à pecuária de leite e à fruticultura estão em pleno desenvolvimento.

## 6

**MUNICÍPIOS DA SERRA E  
SUAS PRINCIPAIS  
ATRAÇÕES TURÍSTICAS****6.1 SÃO JOAQUIM**

São Joaquim foi colonizada por descendentes de portugueses e espanhóis vindos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, a partir de 1750. Depois de se fixarem na região, eles fundaram grandes fazendas de gado, que serviam de pouso aos tropeiros que levavam gado do sul para o interior do País. A partir de 1873, com a fundação da freguesia de São Joaquim do Cruzeiro da Costa da Serra, a região recebeu descendentes de alemães e italianos, que se integraram ao processo de colonização. Em agosto de 1886, a freguesia tomou-se vila, emancipando-se em 7 de maio de 1887.



É considerada a cidade mais fria do Brasil. As nevascas geralmente ocorrem entre junho e agosto. Também ocorrem freqüentes, e fortes geadas no município, as quais contribuem para o embelezamento do cenário local. Sendo um dos grandes produtores de maçã, o município oferece outro espetáculo aos visitantes com a florada e a colheita da maçã, fruta bela e saborosa, símbolo da tradicional "Festa Nacional da Maçã".

A cidade conta com vários hotéis e pousadas acolhedoras, aquecidas por lareiras e fogões a lenha. A economia do município foi fundamentada na pecuária, mas teve grande impulso com a cultura da maçã, iniciada na década de 70. Hoje, São Joaquim é o segundo produtor da fruta no estado, contando com mais de 600 pequenos produtores. Atualmente, tem no turismo importante e crescente fonte de receita.

Como atrativos turísticos, o município conta com uma série de festas, como a Festa Nacional da Maçã, o Torneio de Laço Mangueira Velha, o Festival da Neve; o Baile da Neve; a Feira do Gado, os torneios de laço; a Festa do Padroeiro São Joaquim, o Baile da Prenda Jovem do CTG Minuano Catarinense, a Festa Menina Custódia e outros eventos esportivos.

Os principais atrativos turísticos são o belvedere (escadaria, com vista panorâmica da cidade e dos campos que a circundam, a uma altitude de 1.450 m); a Casa da Cultura; a Cascata do Pirata; a Exponeve

(feira permanente de artesanato e produtos da terra); a igreja matriz; o Monumento Manoel Joaquim Pinto (obra que destaca o ciclo histórico, econômico e cultural da fundação de São Joaquim, pelo bandeirante paulista Manoel Joaquim Pinto, de 1887 até os tempos atuais); Museu de Artes de São Joaquim (acervo com obras de artistas como Martinho de Haro, Rodrigo de Haro, Tereza Martorano, Yolanda Bathke, Suzana Scóss Bianchini, entre outros); Museu Histórico Municipal (retrospectiva de São Joaquim e acervo histórico, ao ar livre; ciclo madeireiro, colonizadores e tropeirismo); Parque Nacional da Maçã e o Snow Valley (trilhas ladeadas de xaxins gigantes, as caminhadas conduzem a uma típica floresta serrana, rica em fauna, flora, cascatas e pontes rústicas).

## 6.2 BOM JARDIM DA SERRA

Bom Jardim da Serra é o portal da região serrana catarinense e tem como principal atração a Estrada da Serra do Rio do Rastro, que sobe até 1.450 m de altitude em apenas 12 km de estrada asfaltada e iluminada.

Tem como principais atividades econômicas o turismo e a agropecuária, com destaque para as culturas da maçã, da ameixa, da batata, do feijão, do milho e do pinhão, e a criação de bovinos e ovinos. Destacam-se, ainda, a apicultura e a truticultura. No artesanato local, destacam-se os doces artesanais, os trabalhos em couro

e lã para montarias e agasalhos masculinos, além de utensílios em madeira bruta. Nas artes plásticas, pinturas em tela, sobre pedras e aquarelas.

A população é de 4.056 habitantes, de colonização italiana, alemã, espanhola, polonesa e portuguesa.

A história de Bom Jardim da Serra começa em 1870, com a chegada do gaúcho Manoel Pinto Ribeiro, e seus filhos, que se instalaram na localidade de Fazenda Pelotas. Uma trilha aberta pelos colonizadores ficou conhecida como "Serra do Doze" e foi o primeiro nome do lugar, que se chamou depois "Serra do Rio do Rastro". Elevada à condição de povoado em 1905 e de vila em 1921 – com o nome de "Cambajuva" –, Bom Jardim da Serra oficializa-se como cidade em 29 de janeiro de 1967. Por suas origens, é a primeira cidade catarinense a festejar as tradições gaúchas.

Nos principais locais de hospedagem do município são oferecidas opções de lazer, como turismo equestre, turismo de aventuras, caminhada ecológica, caminhada noturna, pesca em rio e açude, lago para pesca de trutas e passeios de canoa, cascatas, jogos diversos, passeio de charrete, músicas com fogo de chão e sapecada de pinhão na época própria. Alguns dispõem de apartamentos com varanda, garagem coberta, calefação, TV, telefone, frigobar e aquecimento central de água. Restaurante, comida típica e café colonial, bar, sala de jogos, playground, estábulos e

heliponto. O município também investe na expansão e melhoria das opções gastronômicas.

Os principais atrativos turísticos são o Canyon das Laranjeiras; os Alagados; a Cascata Barrinha; o Morro da Igreja; o Parque Nacional de São Joaquim; a nascente do Rio Pelotas; a Serra da Veneza; a Serra do Inanuí; a Serra do Rio do Rastro e o Mirante.

### 6.3 URUBICI

A primeira vila de Urubici, que pertencia a São Joaquim, foi instalada em 1915. O município tomou-se independente em 1957, explorado inicialmente pelos irmãos Manoel e Inácio Saturnino de Souza Oliveira. Conhecida como Terra das Hortaliças, Urubici tem belas paisagens, reservas ecológicas, e coleciona alguns mistérios.

Foi fundada em 1956. Tem uma população de 10.236 habitantes. Recebeu influência de várias etnias ao longo de sua história - portugueses, italianos, alemães, africanos e letões.

A base da economia do município são a pecuária e a agricultura, com destaque para a produção de hortaliças. Além das cerca de 20 variedades de hortaliças, é o segundo maior produtor de trutas do País. Complementam a sua economia a fruticultura e a pecuária.

Unbici possui inúmeros atrativos naturais, de rara beleza. Possui o ponto mais alto habitado do Sul do Brasil e o único Parque Nacional de Conservação Ambiental do estado. Está se transformando em ponto de encontro dos adeptos de esportes radicais, entre eles o rapel, o parapente, a asa delta e o cross de moto e jeep.

Os principais atrativos turísticos são a Cachoeira do Avencal; a Cachoeira dos Bugres; a Cascata do Véu de Noiva; a Caverna dos Bugres; a Gruta Nossa Senhora de Lourdes; a Igreja Matriz Nossa Senhora de Mãe dos Homens; as inscrições rupestres; o Morro da Cruz e o Morro Pelado; o Morro da Igreja, o Morro do Campestre; o Morro do Oderdeng; a Pedra Furada; a Serra do Corvo Branco.

#### 6.4 RIO RUFINO

A povoação do município começou por volta de 1905, com Rufino Pereira, que morava onde hoje é a cidade de Urupema, mas cultivava as terras férteis das margens dos rios. O primeiro povoado foi fundado por José Serafim dos Santos e Osório Pereira de Medeiros e chamou-se Serra dos Pereiras. Em 29 de dezembro de 1957, foi criado o distrito de Rio Rufino. A emancipação político-administrativa ocorreu em 1991.

Tem atualmente uma população de 2.405 habitantes, basicamente de colonização açoriana, embora parte da população seja de origem italiana e polonesa.

A base da economia é constituída pelo vime, o fumo, o milho, a fruticultura (maçã, pêssego, pêra, caqui), a pecuária de corte e o leite. Capital Nacional do Vime, Rio Rufino destaca-se, nesta cultura, por suas lavouras de ótima qualidade, dando origem à confecção de cestas, móveis em vime e artesanato em geral.

A cobertura vegetal do município é formada por araucárias, bracatingas, canelas, xaxim e vegetação rasteira. Em servido de recursos hídricos, é banhado pelo Rio Canoas, com vários afluentes, muitos dos quais com belas quedas de água.

Principais atrativos turísticos; Cascata da Fábrica; Salto do Rio Rufino; Cascata do Rio Tigre; Formação Rochosa Pedrinha da Cruz; Caverna do Rio do Leste; Morro do Campo Novo (1.700 m de altitude e Cascata Alto da Serra.

#### 6.5 BOM RETIRO

Os campos de Bom Retiro foram descobertos por volta de 1787, quando o alferes Antônio Marques D'Arzão foi incumbido pelo governo de Desterro (hoje Florianópolis) de abrir uma estrada ligando o litoral e o planalto, partindo de São José e chegando até Lages. As obras foram concluídas em 1790. O nome Bom Retiro foi dado pelo próprio D'Arzão, que considerava a região "um lugar calmo, um bom retiro".

A colonização do local, porém, foi lenta. D'Arzão mandou seus escravos construírem um quartel e uma estrada de 6 km de extensão na localidade; o local, porém, foi abandonado e só muito tempo depois a estrada foi reaberta.

Fundada em 1922, tem atualmente uma população de 7.967 habitantes, basicamente formada por colonização italiana e alemã. O município tem como principal atividade econômica a agropecuária. Os principais produtos são maçã (a maçã-gala da região é considerada a de melhor qualidade no País), cebola, milho, vime, pecuária e indústria madeireira. É um dos maiores produtores nacionais de vime e de maçã. A exemplo de Campos do Jordão, é um dos municípios com melhor clima do Brasil, apresentando uma temperatura média de 15,6°C. Localizado às margens da BR 282, a meio caminho de Lages e Florianópolis, possui o ponto mais alto do estado e do Sul do Brasil, que é o Morro da Boa Vista, em cima do Morro dos Padres, com 1.827 metros. Devido à altitude, ocorrem nevascas e geadas no inverno, quando a temperatura atinge até 6°C negativos, já tendo atingido 18°C negativos.

O município está entre as cidades que formam o Caminho das Neves, que começa em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Suas paisagens, belíssimas, avistadas dos morros que a cercam, garantem o sucesso do investimento turístico. Bom Retiro possui três

confortáveis hotéis no centro da cidade, além de boas opções de turismo rural.

Entre os atrativos turísticos do município há grutas e cavernas, o Morro Bela Vista do Guizoni (com 1.823 m); o Morro da Cruz; cachoeiras e cascatas, o Morro do Campo dos Padres, onde se localiza o Morro da Boa Vista; o Morro do Costão do Frade, onde há uma pedra semelhante a um frade, com escritas dos jesuítas gravadas nas pedras;

A prefeitura local está incentivando fortemente o turismo, através de apoio à implantação de novas pousadas, hotéis-fazenda, incentivos ao turismo religioso, moto-cross, cross country, cavalgadas e ecoturismo.

#### 6.6 URUPEMA

Os primeiros moradores chegaram à região em 1918, vindo de São Joaquim, em busca de novas terras para cultivar. Foram seguidos, alguns anos depois, por outras levas de migrantes, que construíram igrejas e desenvolveram a antiga vila. Urupema emancipou-se de São Joaquim em 1988. A população atual é de 2.500 habitantes, com maioria de origem açoriana e italiana.

Urupema é considerada hoje uma das cidades mais



frias do Brasil. Seus rios claros, campos verdes e pinheiros transformam o município na mais nova rota do turismo. No inverno, é comum a ocorrência de neve e fortes geadas, chegando a congelar pequenas cachoeiras e a transformar a vegetação rasteira em verdadeiros pingentes de cristal. O cultivo de flores, como a rosa, a tulipa, o lírio, o narciso e a palma, além de ser uma das fontes de economia, ajuda a embelezar ainda mais a cidade. A ecologia é um dos pontos de honra de Urupema, pois é uma das poucas cidades do mundo a criar nos riachos de águas cristalinas, no centro da cidade, a sensível truta arco-íris. Este projeto de preservação ambiental valeu o diploma de Honra ao Mérito, oferecido pela ONU e o Itam.

As principais fontes da economia são a atividade agropecuária (maçã, batata, moranginho), a pecuária de corte e leite, a produção de produtos orgânicos, o cultivo de flores e a truticultura.

Os principais atrativos turísticos são o Morro das Torres e as trutas em águas claras em pleno centro da cidade.

## 7

CONSIDERAÇÕES  
FINAIS

O teatrólogo italiano Luigi Pirandello escreveu uma peça famosa, com o título "Seis atores em busca de um diretor". Esta lembrança ou analogia ocorre ao se chegar ao final da leitura do volume. A linha de argumentação, as informações sobre dados históricos, características e formato do museu, atores envolvidos, enquadramento num cenário de um certo modo pós-moderno (era do conhecimento), tudo faz convergir para a pergunta crucial: quem assume?

Todas as peças do quebra-cabeça estão postas.

Um diretor de teatro ou de orquestra não é apenas

alguém que conhece toda a partitura e a parte de cada um. É alguém capaz de juntar todas as partes num todo e no todo encontrar o momento e o espaço exato de cada um e ainda assim impor a esse conjunto uma conotação característica que dê à peça (de teatro ou de música) uma marca de estilo, que a torne inconfundível, que a torne diferente.

Quem se habilita?

A montagem do museu necessitará de estudiosos, historiadores, administradores, financistas, diretores, burocratas, políticos e gestores públicos. Todos esses atores precisam de um diretor, de alguém que, à diferença dos excelentes cumpridores de papéis, saiba captar a alma da peça, a alma do negócio, saiba ver com arte, tenha sensibilidade e idealismo, e seja suficientemente realista para fazer frente ao pragmatismo de todos os realistas incapazes de enxergar além do concreto e do que possa ser visto e constatado.

O dardo foi jogado. Onde vai cair? A quem vai atingir ou sensibilizar? A sabedoria do agricultor sugere o aguardo paciente, o respeito ao ritmo e ao tempo da natureza, pois, mesmo uma semente precisa de uma estação, de um tempo para reagir em seu devido tempo, esperando que o tempo tenha criado a estação certa para despontar e desenvolver.

## 8

LITERATURA  
CONSULTADA

ANUÁRIO BRASILEIRO DA UVA E DO VINHO – 2003. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2003.

**AVÈ-LALLEMANT, Robert** . Viagem pela província do RGS – (1858) – 1980

BARRETO, M.T.S. **Poloneses em Santa Catarina**. 1983.

BILBAO consolidates as a tourist destination for luxury cruises. **EL CORREO**, 15 Sept. 2003. Disponível em: < [http://www.bilbao-city.net/english/actualidad/noticias\\_detalle.asp?ID\\_Noticia=1633](http://www.bilbao-city.net/english/actualidad/noticias_detalle.asp?ID_Noticia=1633) >. Acesso em: 16 out. 2003.

BILBAO-CITY NEWS. **Projectos**. Disponível em: [http://www.bilbao-city.net/english/proyectos/guggenheim\\_more.asp](http://www.bilbao-city.net/english/proyectos/guggenheim_more.asp) . Acesso em: 16 out. 2003.

BRAMBATTI, L. E. (org.). **Roteiros de turismo e patrimônio histórico**. Porto Alegre: EST, 2002. 362 p.

CUNHA, I. J. **A economia catarinense rumo a um novo século: uma proposta para a retomada do desenvolvimento industrial.** Florianópolis: Instituto Cega/SC, 1999. 183 p.

DALL'ALEA, J. L. **Pioneiros nas terras dos condos.** 2. ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003. 208 p.

**DEBRET, Jean Baptista.** Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Itatiaia, SP: USP, 1978. 2v.

**EL MUSEO Guggenheim no es un reflejo del 'imperialismo americano', asegura Vidarte.** EL CORREO DIGITAL. Disponível em: <<http://canales.elcorreodigital.com/guggenheim/pvasco/pv.htm>>. Acesso em: 16 out. 2003.

FARIAS, V. F. de. **De São José aos Açores – 252 anos em busca das raízes.** Florianópolis, 2002. 438 p.

FARIAS, V. F. de. **Sombrio: 85 anos natureza, história e cultura: para o ensino fundamental.** Sombrio, 2000. 328 p.

GOELNER, C. et al. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

**HISTÓRIA de SC.** Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/santacatarina/historia/paginas/02reconhecimento.html>>. Acesso em: 24 out. 2003.

HISTÓRIA de Santa Catarina. **Garagem Cultural.** Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/joatan74/>>. Acesso em: 24 out. 2003.

**LIMA, Maria Emilia.** As caminhadas de Auguste Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai.

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil -1985**

MB COMUNICAÇÃO. **Viva o melhor da Serra Gaúcha – região uva e vinho.** Porto Alegre, s.d.

KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil** -1980.

ROCHE, J. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. 1969. v. 2

SAINTE-HILAIRE, **Auguste de**. Viagem à província de Santa Catarina (1820) - 1936.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849. **Quarto relatório da direção da sociedade colonizadora de 1849**. Hamburgo, 1854. (tradução)

SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849. **Quinto relatório da direção da sociedade colonizadora de 1849**. Hamburgo, 1855. (tradução)

SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849. **Trigésimo terceiro relatório da direção da sociedade colonizadora de 1849**. Hamburgo, 1884. (tradução)

SOUZA, C. de O. **A primeira hidrelétrica do sul de Santa Catarina**. Orleans: Fundação Educacional Barriga Verde, 1997. 96 p.

TERNES, A. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986. 279 p.

VIRTUALAVE. Florianópolis: **História**. Disponível em: < <http://florianopolis.virtualave.net/historia.htm> > Acesso em: 19 out.2003.

SETE SISTEMA DE ENSINO. **Material**. Disponível em: < [http://www.google.com.br/search?q=cache:fwUJqZSHVfgJ:www.cursosete.com.br/material/hst\\_sc.pdf+agricultura+santa+catarina+historia&hl=pt-BR&ie=UTF-8](http://www.google.com.br/search?q=cache:fwUJqZSHVfgJ:www.cursosete.com.br/material/hst_sc.pdf+agricultura+santa+catarina+historia&hl=pt-BR&ie=UTF-8) >. Acesso em: 19 out.2003.

## LISTA DE SITES CONSULTADOS

[http://www.graunalivros.hpg.ig.com.br/Assuntos/Comunica%E7%E3o\\_Arte\\_Folclore.htm](http://www.graunalivros.hpg.ig.com.br/Assuntos/Comunica%E7%E3o_Arte_Folclore.htm)

[http://www.google.com.br/search?q=cache:fWuJqZSHVfgJ:www.cursosete.com.br/material/hst\\_sc.pdf+agricultura+santa+catarina+historia&hl=pt-BR&ie=UTF-8](http://www.google.com.br/search?q=cache:fWuJqZSHVfgJ:www.cursosete.com.br/material/hst_sc.pdf+agricultura+santa+catarina+historia&hl=pt-BR&ie=UTF-8)

<http://www.serracatarinense.com.br/17-unibici.html>

<http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=24&Pag=1>

<http://www.serracatarinense.com.br/03-bonjardim.html>

<http://www.serracatarinense.com.br/14-riourfino.html>

<http://intra.santur.sc.gov.br/materias/saojoaquiml.htm>

<http://www.serracatarinense.com.br/15-saojoaquim.html>

## ROTEIRO DE TURISMO DO PATRIMÔNIO RURAL EM SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra – Acervo sobre Tropeirismo

Parque Temático do Contestado – Irani – SC

Museu ao Ar Livre de Orleans – Orleans – SC

Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – Joinville, SC

Museu Nacional de Imigração e Colonização – Joinville SC

Museu Histórico Municipal – São Joaquim, SC

Museu do Milho – Xanxerê – SC

QUADRO 1 - RELAÇÃO DE SITES DE MUSEUS VISITADOS

ITEM	NOME DO MUSEU	LOCAL	ENDEREÇO VIRTUAL
1	Museu Guggenheim Bilbao	Bilbao - Espanha	<a href="http://www.guggenheim-bilbao.es/ingles/home.htm">http://www.guggenheim-bilbao.es/ingles/home.htm</a>
2	Galleria degli Uffizi	Florença - Itália	<a href="http://www.uffizi.firenze.it/welcome.htm">http://www.uffizi.firenze.it/welcome.htm</a>
3	Museu do Louvre	Paris-França	<a href="http://www.louvre.fr/louvre.htm">http://www.louvre.fr/louvre.htm</a>
4	Museu ao ar livre	Orleans - Brasil	<a href="http://www.febave.org.br/museu/museu.htm">http://www.febave.org.br/museu/museu.htm</a>
5	Netherlands Open Air Museum	Holanda	<a href="http://www.openluchtmuseum.nl/Algemeen/engels-01.html">http://www.openluchtmuseum.nl/Algemeen/engels-01.html</a>
6	Open Air Museum ROSCHEIDER HOF	Konz - Alemanha	<a href="http://www.roscheiderhof.de/topframe-e.htm">http://www.roscheiderhof.de/topframe-e.htm</a>
7	Roman Open Air Museum	Stein - Alemanha	<a href="http://www.villarustica.de/intro/indexe.html">http://www.villarustica.de/intro/indexe.html</a>
8	Farmers Museum	Cooperstown - EUA	<a href="http://www.farmersmuseum.org/index.htm">http://www.farmersmuseum.org/index.htm</a>
9	Weald and Downland Open Air Museum	Chichester - Reino Unido	<a href="http://www.wealddown.co.uk/">http://www.wealddown.co.uk/</a>
10	Lackham Museum of Agriculture and Rural Life	Chippenham - Reino Unido	<a href="http://www.owheritage.org.uk/arch_mus/museumsite.php.SiteID=3">http://www.owheritage.org.uk/arch_mus/museumsite.php.SiteID=3</a>
11	Museu Imperial	Petrópolis	<a href="http://www.museuimperial.gov.br">http://www.museuimperial.gov.br</a>
12	Museu Vaticano	Vaticano	<a href="http://www.christusrex.org/www1/vaticano/O-Musei.html">http://www.christusrex.org/www1/vaticano/O-Musei.html</a>
13	MAM	São Paulo	<a href="http://www.mam.org.br/">http://www.mam.org.br/</a>
14	MASP	São Paulo	<a href="http://www.masp.art.br/">http://www.masp.art.br/</a>
15	Museu da Agropolis	Montpellier - França	<a href="http://www.agropolis.fr">http://www.agropolis.fr</a>
16	Museu da Agricultura Húngara	Budapest - Hungria	<a href="http://www.museum.hu">http://www.museum.hu</a>